



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

LILIANA LAIA ESMERALDO

**RESISTÊNCIA E MEMÓRIA:
o Memorial da Resistência de São Paulo como modelo da
Museologia Social**

Ouro Preto

2025

LILIANA LAIA ESMERALDO

**RESISTÊNCIA E MEMÓRIA:
o Memorial da Resistência de São Paulo como modelo da
Museologia Social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Dra. Priscilla Arigoni Coelho

Ouro Preto
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

L185r Laia Esmeraldo, Liliana.

Resistência e Memória [manuscrito]: o memorial da resistência de São Paulo como modelo da museologia social. / Liliana Laia Esmeraldo. - 2025.

82 f.: il.: color.. + Croqui.

Orientadora: Profa. Dra. Priscilla Arigoni Coelho.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Museologia .

1. Memoriais - Perseguição política. 2. Memória. 3. Museologia - Museologia Social. 4. Perseguição política. 5. Direitos humanos. I. Arigoni Coelho, Priscilla. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 069

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
COLEGIADO DO CURSO DE MUSEOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Liliana Laia Esmeraldo

RESISTÊNCIA E MEMÓRIA: o Memorial da Resistência de São Paulo como modelo da Museologia Social

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 04 de março de 2026

Membros da banca

Doutora - Priscilla Arigoni Coelho - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Mestra - Wanalyse Angélica Pontes Emery - Museu Casa Guignard
Mestra - Anna Beatriz Vieira Muniz Donatelli - Universidade Federal de Ouro Preto

Priscilla Arigoni Coelho, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04 de março de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Lima Gomes, COORDENADOR(A) DE CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**, em 11/09/2026, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1187215** e o código CRC **CF88AF2E**.

RESUMO

O presente trabalho, intitulado "Resistência e Memória: O Memorial da Resistência de São Paulo como Modelo de Museologia Social", analisa a trajetória do Memorial da Resistência de São Paulo desde sua origem como sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP) até sua atual função como espaço de preservação da memória e da história política do Brasil. A pesquisa investiga a relação entre o Memorial e os conceitos de memória, musealização e patrimônio cultural, abordando suas exposições, ações educativas e impacto na preservação da memória coletiva. Por meio da Museologia Social, o estudo evidencia como a construção de narrativas e práticas museológicas transforma o Memorial em um espaço de reflexão sobre resistência e repressão. Dessa forma, busca-se compreender o papel do Memorial na valorização da memória coletiva e na disseminação de informações sobre a luta pelos direitos humanos no Brasil.

Palavras-chave: Memorial da Resistência, memória, resistência, museologia social, musealização, repressão política, direitos humanos.

ABSTRACT

This paper, entitled "Resistance and Memory: The São Paulo Resistance Memorial as a Model of Social Museology", analyzes the trajectory of the São Paulo Resistance Memorial from its origins as the headquarters of the São Paulo State Department of Political and Social Order (Deops/SP) to its current role as a space for preserving Brazil's memory and political history. The research investigates the relationship between the Memorial and the concepts of memory, musealization and cultural heritage, looking at its exhibitions, educational activities and impact on the preservation of collective memory. Through social museology, the study shows how the construction of narratives and museological practices transforms the Memorial into a space for reflection on resistance and repression. In this way, it seeks to understand the Memorial's role in valuing collective memory and disseminating information about the struggle for human rights in Brazil.

Keywords: Memorial da Resistência, memory, resistance, social museology, musealization, political repression, human rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Prédio do antigo Deops/SP, que atualmente abriga o Memorial da Resistência e a Estação Pinacoteca	33
Figura 2 – Ex- preso político Maurice Politi.....	41
Figura 3 – Ex-presidiária política Elza Ferreira Lobo.....	42
Figura 4 – Ex-preso político Ivan Akselrud Seixas	44
Figura 5 – Ex-presidiária política Rosemeire Nogueira	45
Figura 6 – Trajetória do acervo: DEOPS/SP e Acervo DEOPS/SP (1924-1983).....	51
Figura 7 – Croqui do Roteiro Expositivo de Longa Duração, elaborado por Cristina Bruno.	53
Figura 8 – Croqui do Roteiro de Longa Duração, elaborado por Cristina Bruno.....	54
Figura 9 – Os Espaços do Memorial da Resistência, Croqui oficial do espaço expositivo	57
Figura 10 – Módulo B – Controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória ...	58
Figura 11 – Módulo C - A construção da memória: o cotidiano das celas do DEOPS/SP	59
Figura 12 – Terceira cela - Acervo Memorial da Resistência de São Paulo	60
Figura 13 – Ex-presos realizam inscrições para reconstituição da Cela 3, jan. 2009	61
Figura 14 – Terceira cela, inscrições na parede - Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.....	62
Figura 15 – Quarta cela - Acervo Memorial da Resistência de São Paulo	63
Figura 16 – Filipeta para os visitantes disponibilizada na saída do Memorial da Resistência	67

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MEMÓRIA NO CAMPO DA MUSEOLOGIA	16
2.1 Conceito de memória a partir da construção social: memória individual e coletiva	16
2.2 Lembrança e esquecimento: memórias e sua relação com o poder dentro do campo político	22
2.3 Memórias sensíveis e traumáticas	28
3 O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO.....	32
3.1 Histórico da trajetória do edifício e instituição como patrimônio.....	32
3.2 A atuação do Departamento de Ordem Política e Social (Deops/SP) na repressão política brasileira.....	38
3.3 Testemunhos e Experiências dos Ex-Presos Políticos.....	40
4 MUSEOLOGIA SOCIAL DENTRO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA	48
4.1 Museologia Social.....	48
4.2 Processo de desestruturamento do Memorial da Liberdade e transformação em Memorial da Resistência.....	49
4.3 O Projeto Museológico de Ocupação.....	52
4.4 A Pós-Inauguração do Memorial da Resistência de São Paulo.....	64
4.5 Museologia social como ferramenta de análise.....	68
5 O CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O APAGAMENTO DA MEMÓRIA....	69
5.1 A reforma do Memorial da Liberdade: um caso de apagamento patrimonial, resistência das memórias e recomposição do espaço	70
5.2 A inauguração do Memorial da Resistência e o espaço baseado na museologia social	72
5.3 Porque o Memorial da resistência é um modelo de museologia social.....	76
6 CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

Com o trabalho de conclusão de curso, “Resistência e Memória: O Memorial da Resistência de São Paulo como Modelo de Museologia Social”, busca-se analisar a trajetória do Memorial da Resistência de São Paulo, desde sua origem como sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), até sua atual função como espaço de preservação da memória e da história política do Brasil. A partir da Museologia Social o estudo mostra a influência da construção de narrativas e práticas museológicas no Memorial da Resistência, transformando-o em um espaço de reflexão e aprendizado sobre resistência e repressão. Para isso, realiza-se uma pesquisa sobre a relação entre o Memorial e os conceitos de memória, musealização e patrimônio cultural, tratando suas exposições, ações educativas e impacto na preservação da memória coletiva. Além disso, busca-se observar as transformações do edifício ao longo do tempo e seu papel na ressignificação da história, consolidando-se como um local de educação e conscientização sobre a luta pelos direitos humanos no Brasil.

“Memorial” pode ser compreendido como um espaço que constroi a memória e identitária de uma comunidade, funcionando como um patrimônio cultural carregado de simbolismo e significado. Além de equivaler ao contexto histórico em que foram criados, memoriais são lugares que representam valores sociais e ideológicos, dedicados à reflexão e preservação da memória de eventos, pessoas ou grupos que marcaram a história. Eles desempenham um papel essencial na manutenção da identidade coletiva, garantindo que o passado seja lembrado e compreendido pelas gerações futuras.

Esta proposta de análise se justifica, uma vez que os espaços de memória carregam grande valor histórico e cultural para uma comunidade, podendo ser inseridos em monumentos, locais de eventos históricos e instituições de memória como é o caso do Memorial da Resistência de São Paulo. Pensando também na valorização da memória coletiva, na importância de espaços como patrimônio e na disseminação de informação e educação sobre a história política recente e atual no Brasil, o Memorial da Resistência continua sendo um símbolo de resistência política, luta pelos direitos humanos e lembrança de um passado traumático

relacionado à ditadura civil-militar.

Contudo, estes espaços também podem apresentar o lado da memória traumática e/ou de violência, que possibilita a revisitação da dor causada por tragédias tendo agora, um lembrete visual e físico. Além disso, ocorre o fator do futuro desses lugares de memória, podendo ser de abandono, em que são esquecidos após cumprirem seu momento de estreia e homenagem ou então, de transformação, em que passam a ser um espaço diverso recebendo novas funções e significados. Desse modo, é possível afirmar que esses lugares de memória testemunham diversas situações, e com isso, deve haver a indagação de para quem estes lugares e espaços estão sendo construídos e quais as memórias e narrativas estão sendo preservadas junto com eles.

Este estudo se torna relevante uma vez que pretende-se trazer um olhar mais sensível sobre a construção do Memorial da Resistência de São Paulo. Considerando que, embora existam diversos estudos sobre o espaço e sua importância histórica, ainda há desafios na construção de lugares de memória que possam representar de forma plural as diferentes narrativas de resistência, que podem ser continuamente ressignificadas, apropriadas e apagadas pela sociedade. Além disso, analisar o Memorial da Resistência vai além de preservar um patrimônio edificado. É um exercício de reflexão sobre os processos de repressão política no Brasil e sobre como a Democracia conta com a prática de preservação dos espaços que testemunharam a luta pela liberdade e a resistência contra as ditaduras.

Como fontes escritas serão citados diversos pesquisadores e autores como: Michael Pollak (1989;1992), que analisa a construção da memória coletiva, mostrando como as narrativas sociais podem silenciar e apagar certos relatos, e a relação entre memória e identidade social. Ele também destaca que, “a memória entra em disputa”, e que grupos marginalizados frequentemente preservam as chamadas memórias subterrâneas, permanecendo ocultas até encontrarem espaço para emergir. Além disso, aponta que o esquecimento pode ser tanto uma estratégia de dominação quanto um mecanismo de proteção, pois “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Pollak, 1989, p. 5). O autor discute ainda, o enquadramento da memória, ou seja, como instituições legitimam certas lembranças

enquanto outras são apagadas.

Nesse sentido, o Memorial da Resistência de São Paulo exemplifica esses conceitos ao resgatar a memória das vítimas da ditadura civil-militar (1964-1985), trazendo à tona relatos que antes foram silenciados pelo Estado. A transformação do antigo Deops/SP em um espaço de preservação histórica reflete essa disputa entre memória oficial e marginalizada, permitindo que vozes, antes apagadas, — sejam reconhecidas. Dessa forma, o Memorial se torna um símbolo da luta contra a repressão da memória, validando a reflexão de Pollak sobre como a história pode ser moldada por disputas políticas e sociais.

Maurice Halbwachs (1990) desenvolve um estudo sobre como as memórias de um indivíduo nunca são apenas suas, uma vez que, nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade. “Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque, em realidade, nunca estamos sós” (Halbwachs, 1990, p. 26). Portanto, mesmo que aparentemente isolada, a memória remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre em interação na sociedade. Assim, a forma de interpretar, absorver e relembrar os acontecimentos estará sempre influenciada pelo sistema de representações, hábitos e relações sociais referentes aos grupos, quadros ou contextos sociais aos quais os indivíduos estão imersos (Hoffman, 2020).

Também, para Halbwachs (1990), a memória produzida no presente se traduz como uma forma de pensar e interpretar o passado em função de um futuro almejado. Nas palavras introdutórias do volume de *A Memória Coletiva*, o autor adverte, “Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar” (Halbwachs, 1990, p. 25). Portanto, seja qual forem as escolhas, estamos comprometidos ética e politicamente (Hoffman, 2020).

E a pesquisadora Jô Gondar (2008), que analisa a Memória Social como um conceito eminentemente ético e político. Um processo que está atrelado ao individual e coletivo de uma sociedade. Em suas palavras:

Pensar a memória como relação abre a possibilidade de que a partir de uma nova situação ou um novo encontro [...] o passado possa ser tanto recordado quanto reinventado. Desse modo, a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas

relações. Ou, de outro modo: abre-se a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos já que todos eles são sujeitos sociais (Gondar, 2008, p. 5).

Esse pensamento se adequa ao Memorial da Resistência e às transformações que ocorreram em seu espaço ao longo dos anos, até chegar em sua configuração atual. Isso porque, foi através do trabalho em conjunto da equipe responsável pelo projeto expográfico, e dos ex-presos políticos entrevistados (detidos no DEOPS/SP entre 1969 e 1973), que foi possível reconstituir o ambiente carcerário do Memorial da Resistência. Dessa forma, foi possível desenvolver as linhas de ação do programa museológico, como por exemplo as dinâmicas, ações e projetos educativos que ocorreram após sua inauguração.

Esse trabalho de pesquisa foi desenvolvido em seis capítulos, sendo o primeiro e o último voltados a introduzir e concluir a discussão aqui proposta. Assim sendo, o Capítulo 2 é voltado para conceituar o que é a memória a partir da construção social. Focando nas memórias individuais e memórias coletivas, enfatizando a sua importância e necessidade; além de sua simbologia, sejam elas afetivas e/ou traumáticas; e sobre como pode ocorrer homogeneização e silenciamento previamente ao processo de musealização desses espaços, principalmente quando se tratam de memórias sensíveis no campo político e de relações de poder.

No Capítulo 3, será abordado o surgimento do Memorial da Resistência de São Paulo e o histórico do edifício em que está localizado, desde quando este era apenas abrigo para os escritórios e armazéns da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, até os dias atuais, bem como a atuação do Deops/SP na repressão política brasileira e os testemunhos e experiências dos ex-presos políticos.

Já no Capítulo 4, será apresentado o processo de desestruturamento do Memorial da Liberdade e transformação em Memorial da Resistência, a partir do plano museológico concebido pela direção da Pinacoteca do Estado junto com uma equipe interdisciplinar de consultores e da aplicação da metodologia da Museologia Social na construção do espaço. Dando ênfase ao Livro de Visitantes: Memorial da Resistência de São Paulo e ao Livro Memorial da Resistência, 10 anos: presente! como fonte de pesquisa, para que se possa fazer conexões com os conceitos abordados inicialmente

no primeiro capítulo.

No Capítulo 5, será discutido o contexto da transição democrática e o apagamento da memória, analisando a reforma do Memorial da Liberdade, a resistência das memórias e a consolidação do Memorial da Resistência como modelo de museologia social. Por fim, no Capítulo 6, apresenta-se a conclusão do trabalho, retomando o objetivo do estudo: tratar a importância da museologia social em espaços de memória sensível, bem como a relação entre memória, representatividade e pertencimento perante o Memorial da Resistência, construído com o intuito de ser um centro de referência da memória política brasileira.

2 MEMÓRIA NO CAMPO DA MUSEOLOGIA

2.1 Conceito de memória a partir da construção social: memória individual e coletiva

Pensando que uma comunidade não existe sem que haja uma relação com um determinado lugar ou espaço, os memoriais se mostram como locais representativos que, para além da sua função primária de preservar e transmitir a memória de um evento, pessoa ou grupo, podem fazer parte da vida individual e coletiva contendo registros da história da sociedade. Vendo essas representações como registros socioculturais, é possível dizer que buscam homenagear, refletir e educar sobre acontecimentos significativos, servindo como um espaço de lembrança e reflexão, permitindo que as gerações presentes e futuras compreendam, aprendam e respeitem o passado.

Segundo Sodaro (2018, p. 226, apud Haddad, 2022, p. 30), memórias são locais da dor, uma nova forma expositiva de celebração e culto das memórias de vítimas submetidas a graves violências e supressão de direitos, que servem de exemplo para evitar as atrocidades cometidas contra elas no passado, no presente e no futuro. Nesse caso, podem ser memoriais os monumentos públicos, placas, centros de memória e outros lugares de celebração da dor, criados para serem marcos, compreendidos como lugares da humanidade, que promovem os direitos humanos e uma ética do "dever de memória" e do "nunca mais".

A memória, nesse contexto, está profundamente ligada à sociedade em que foi criada, podendo representar a relação de um indivíduo com um espaço cheio de significados compartilhados socialmente e assim, ser um espelho de suas vivências sociais. Além disso, a memória é um importante fenômeno analisado por diferentes áreas nas ciências humanas, sociais e da natureza tendo seu conceito expandido nas últimas décadas do século XX através de discussões, estudos e pesquisas.

Ainda, é possível dizer que tais discussões foram influenciadas pela preocupação transnacional com eventos políticos e históricos de 1980 e 1990 que marcam uma expansão da cultura da memória focada na dimensão da preservação das informações e no destaque as “críticas às instituições de memória por movimentos que objetivavam uma democratização a cultura” (Hoffman, 2020, p. 61). Isso acontece porque:

Fundamentalmente quando tratamos da criação de espaços para abrigar ou rememorar às memórias de acontecimentos que apresentam como marca episódios de opressão e violações de direitos, situações e traumas históricos, nos defrontamos com desafios políticos, éticos e metodológicos principalmente quando são lembrados de formas contraditórias por diferentes grupos (HOFFMAN, 2020, p. 40).

Para compreender o papel da memória nos espaços museológicos, especialmente em lugares de memória sensível como o Memorial da Resistência de São Paulo, é fundamental reconhecer que a memória não é um fenômeno estático ou neutro. Segundo Hoffman (2020), a pesquisadora Jô Gondar alerta que a memória corre o risco de ser esvaziada de seu significado e transformada em um produto de consumo dentro do mercado global. Também, ela pode ser utilizada atendendo interesses políticos, subjetivos e práticos, contribuindo para a manutenção de contextos de opressão e violência (Gondar, 2016, p. 33-34; Hoffman, 2020, p. 61).

Dessa forma, Gondar defende que a memória deve ser entendida como um processo dinâmico e em constante disputa, e não apenas como um meio de preservar o passado de maneira estável. Essa perspectiva é crucial para compreender como os espaços de memória podem tanto perpetuar silenciamentos quanto possibilitar a emergência de narrativas historicamente marginalizadas. Além disso, diz que existe “uma memória caracterizada como experiência interior e subjetiva, à qual faltaria a dimensão visível e tangível da memória social: o documento” (Gondar, 2008, p. 3). A autora questiona a ideia de que a memória existe apenas para preservar identidades de forma fixa e imutável, já que essa visão não considera que a identidade está sempre em transformação, e é o documento que garante o compartilhamento da memória individual.

Nesse sentido, é possível dizer que a memória contida nos lugares são, também, documentos. Isso porque, além de falar sobre sua própria história, os monumentos registram a intencionalidade de uma organização não natural, envolvendo passado e presente em um projeto de futuro, pois resultam de uma construção baseada nas relações de poder que os produziram e sustentaram. Além disso, destinam-se ao futuro, possibilitando os processos de conservação da memória (Gondar, 2005).

Dessa forma, os memoriais carregam memórias que se baseiam em lembranças sensíveis e simbólicas emergindo de um grupo que as une, sendo por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada (Nora, 1993). Já

sua história, por ser uma construção intelectual, vai exigir análise e pensamento crítico pois, ao contrário da memória,

(...) pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (Nora, 1993, p. 9).

É partindo desse pressuposto que a autora Jô Gondar discute o conceito de memória a partir da construção social. Ela ressalta que os conceitos de memória e cultura, apesar de ricos, apresentam um risco: “dois perigos, entretanto, costumam ameaçar os territórios abertos e colhedores do múltiplo: a ausência de rigor e o ecletismo ético” (Gondar, 2005, p. 11). Para evitar esses riscos e estabelecer parâmetros claros para o estudo da memória social, ela apresenta quatro posições fundamentais sobre o conceito, que serão aqui discutidas por sua relevância para compreensão dos espaços de memória.

A primeira posição é que o conceito de memória social é transdisciplinar: não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas possui o privilégio de produzir seu conceito de forma exclusiva. Esse conceito encontra-se em construção a partir de novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas (Gondar, 2005, p. 15). Essa abordagem não busca um consenso definitivo, mas promove questionamento contínuo, propondo novos discursos e novas práticas de pesquisa. Essa primeira posição é particularmente relevante para o estudo de espaços como o Memorial da Resistência, que mobiliza conhecimentos da museologia, história, sociologia, psicologia social, arquitetura, educação e outras áreas. A compreensão da memória como conceito transdisciplinar justifica e legitima essa abordagem múltipla.

A segunda posição é a de que o conceito de memória social é ético e político. Para Gondar, apresentar a memória como mera polissemia conceitual encobre uma pretensão totalizante em que as diferenças se esvaem (2005, p. 16). Esse cuidado baseia-se na compreensão de que a história é construída a partir das escolhas de uma classe ou grupo e possui, sim, uma intencionalidade — direta ou indireta — que pode exaltar ou relativizar fatos, construindo assim determinadas narrativas em detrimento de outras. Reconhecer o caráter ético e político da memória significa admitir que toda escolha sobre o que lembrar e o que esquecer, sobre quais vozes

amplificar e quais silenciar, é uma escolha política com consequências reais sobre a construção da identidade coletiva e sobre as relações de poder no presente.

A terceira posição é a de que a memória é uma construção processual: não nos conduz a reconstituir o passado, mas a reconstruí-lo com base nas questões que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados (Gondar, 2005, p. 17). No entanto, essa concepção é relativamente recente na história do pensamento humano. É apenas no final do século XIX que os seres humanos admitiram que a memória é algo que eles mesmos constroem a partir de suas relações sociais, e não a verdade do que passou ou do que é (Gondar, 2005, p. 18). Essa mudança epistemológica é fundamental para compreender o papel ativo que os indivíduos e grupos exercem na construção de suas memórias.

A ideia de memória como processo é essencial para entender a trajetória do Memorial da Resistência. Desde sua configuração inicial como Memorial da Liberdade até sua transformação em Memorial da Resistência, o espaço passou por diferentes processos de construção e reconstrução da memória, cada um refletindo diferentes relações de poder e diferentes projetos de futuro. Por fim, a quarta e última posição é que a memória não se reduz à representação: admiti-la apenas como arquivo representativo de um povo ou acontecimento significa desprezar as condições processuais de sua produção, negando seu caráter vivo, pulsante e em constante mudança (Gondar, 2005, p. 23).

Assim sendo, a partir do estudo de Gondar é possível dizer que a memória não é apenas a representação de algo, mas sim, tudo aquilo que seus significados abrangem sendo parte da invenção e da criação do novo. Ela é polissêmica enquanto fator social, sendo um processo contínuo em constante transformação junto com os espaços em que é encontrada. Todavia, apesar da sua pluralidade, a polissemia não exime o indivíduo de assumir uma posição ou uma perspectiva, já que a memória social também é ética e política quando destaca eventos e figuras históricas.

Além do conceito de memória social trazido por Gondar, cabe discutir os conceitos de memória individual e memória coletiva, já que estes estão inteiramente interligados entre si e um não existe sem o outro. O sociólogo e historiador Michael Pollak compreende a memória como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que é também um fator

extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 5) Para ele, os elementos constitutivos da memória são, primeiramente, os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo lugar, os acontecimentos “vividos por tabela” — aqueles vividos pelo grupo no qual o indivíduo está inserido e que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que se torna quase impossível saber se deles participou ou não (Pollak, 1992, p. 2). Dessa maneira, por meio da socialização política ou histórica, torna-se possível a projeção ou identificação com determinado passado, configurando uma memória herdada que conecta o individual ao coletivo.

Já Maurice Halbwachs, um autor importante para o estudo sociológico da memória, argumenta que a memória não surge de forma intuitiva nem pura, mas sempre passa por um processo de reflexão, sendo constantemente rescontruída no presente através da racionalização. Além disso, ela está relacionada à complexidade das interações sociais dos indivíduos, suas recordações nunca são um processo individual, e sim, sempre determinadas pelo meio. Em 1980, ele criou uma conceituação de memória coletiva em que, para ele, a memória de um indivíduo depende de seu relacionamento com a família, classe social, instituições de ensino, instituições religiosas, profissão; enfim, com os grupos de convívio e de referência singular a este indivíduo. Para o autor cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, em suas palavras:

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que eu ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 1990, p. 51).

Halbwachs (1990) desenvolveu a compreensão de que a memória coletiva não seria apenas a agregação de memórias individuais e subjetivas, mas sim um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um coletivo que transcende o indivíduo. As memórias de um indivíduo nunca são apenas suas, uma vez que nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade (Hoffman, 2020, p. 66-67). O autor diz que:

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque, em realidade, nunca

estamos sós (Halbwachs, 1990, p. 26).

Portanto, em Halbwachs (1990), entende-se que mesmo que aparentemente isolada, a memória remete a um grupo. O indivíduo guarda lembranças, mas sua experiência está sempre interagindo com a sociedade, tendo sua interpretação e recordação dos acontecimentos constantemente influenciada por representações e relações sociais dos grupos e contextos aos quais pertence. Nesse sentido, Gondar (2008, p. 5) aponta que pensar a memória como relação abre a possibilidade de que , a partir de uma nova situação ou encontro, o passado possa ser tanto recordado quanto reinventado — ao invés de ser apenas recuperado, a memória pode ser criada e recriada a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos.

Dessa maneira, vale abordar a memória individual como um trabalho do sujeito, já que o modo de lembrar é tanto individual quanto social. O grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai gradativamente individualizando a memória comunitária (Hoffman, 2020, p. 68).

Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum (Bosi, 1994, p. 411 *apud* Hoffman, 2020, p. 68).

Porém, Wanalyse Emery (2018, p. 27) reforça que a memória individual, por mais particular que seja, é fundamentalmente coletiva constituindo-se como um ponto de vista arquitetado a partir das diferentes perspectivas dentro do patrimônio de lembranças compartilhadas. A autora diz ainda que:

A construção da memória individual, tal como da memória coletiva só é possível quando os quadros sociais, nos quais as lembranças se encontram, criam pontos de apoio nas diferenças, articulando-se entre si, permitindo algum nível de concordância dentro do conjunto de recordações compartilhadas (Emery, 2018, p. 27).

Dessa forma, a memória individual se constroi na intersecção entre o pessoal e o coletivo, sendo constantemente reelaborada a partir das influências sociais e dos diferentes pontos de vista que a compõem. Vale também, ressaltar a análise da ideia de memória coletiva por Pollak. Ele diz que a memória coletiva dos grupos sociais é fomentada pelas memórias individuais e não é imposta de forma coercitiva (Pollak,

1989, p. 3), sendo acessada através da aprovação afetiva do grupo. Além disso, Pollak traz o termo memória enquadrada que para ele seria mais adequado do que memória coletiva, já que as duas principais funções da memória seriam “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (Pollak, 1989, p.10). Com isso, é possível dizer que o trabalho da memória é inseparável da organização social da vida coletiva, uma vez que o enquadramento da memória se sustenta do material fornecido pela história e reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e futuro.

Nesse sentido, a mutualidade entre memória social, individual e coletiva reflete a complexidade das interações humanas na construção da identidade e da historicidade dos grupos sociais. A memória individual se constitui a partir das referências sociais e culturais compartilhadas coletivamente. A memória coletiva, por sua vez, é uma estrutura simbólica que articula narrativas sociais e institucionaliza versões do passado. Já a memória social engloba um espectro mais amplo, reunindo documentos, monumentos e registros históricos que perpetuam as representações culturais e reforçam identidades ao longo do tempo.

Assim, a memória não é apenas um mecanismo de preservação do passado, mas um espaço de negociação e ressignificação, onde o presente e o futuro são continuamente reconstruídos a partir das narrativas do passado. Compreender essas dinâmicas é fundamental para analisar o papel de espaços como o Memorial da Resistência de São Paulo, onde memórias individuais de ex-presos políticos, memória coletiva da resistência à ditadura civil-militar e memória social brasileira se entrelaçam em um processo complexo de construção, preservação e transmissão de significados históricos e políticos.

2.2 Lembrança e esquecimento: memórias e sua relação com o poder dentro do campo político

A partir da inter-relação apresentada anteriormente entre memória social, individual e coletiva, fica evidente que lembrar e esquecer são processos dinâmicos e seletivos, constantemente atravessados por disputas de poder, intencionalidades políticas e influências socioculturais. Para Pollak (1992, p. 5), a memória e a identidade constituem valores em constante disputa nos conflitos sociais e intergrupais, especialmente naqueles que opõem grupos políticos distintos.

Compreender essa dimensão disputada da memória é fundamental para analisar como os espaços de memória, como o Memorial da Resistência de São Paulo, são construídos e quais narrativas escolhem preservar e silenciar. Isso porque a memória não é um fenômeno natural ou espontâneo, mas sim um campo de batalha onde diferentes grupos sociais disputam o direito de determinar o que deve ser lembrado e esquecido e no contexto de espaços de memória como o Memorial da resistência de São Paulo, essa disputa torna-se visível e politicamente carregada.

Para Halbwachs (1990), a lembrança não pode existir separada da sociedade, uma vez que a memória é criada a partir dos contextos sociais nos quais os indivíduos estão inseridos. A lembrança é, portanto, um trabalho contínuo de reconhecimento e reconstrução com base na experiência vivida: o passado é constantemente reelaborado a partir do presente, e a recordação depende de referências externas para que possa ser processada a partir do presente, e a recordação depende de referências externas para que possa ser processada e assimilada (Emery, 2018, p. 27). Isso significa que lembrar não é um ato passivo ou neutro — é sempre uma escolha mediada pelas estruturas sociais em que o sujeito está inserido.

Para que essa construção compartilhada da memória seja possível, Halbwachs (1990, p. 34) argumenta que é preciso que haja pontos de contato entre as lembranças individuais e coletivas, de modo que as recordações possam ser construídas sobre um fundamento comum. Nesse sentido, Emery (2018) complementa que a construção da memória só se torna possível quando as lembranças encontram apoio nas diferenças entre si, articulando-se e permitindo algum nível de concordância dentro do conjunto de recordações compartilhadas.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser construída sobre um fundamento comum (Halbwachs, 1990, p. 34).

Se a lembrança pressupõe um esforço de reconstrução coletiva, o esquecimento, por sua vez, não deve ser entendido como ausência ou falha, mas como parte constitutiva da própria memória. Como aponta Hoffman (2020, p. 75), o esquecimento funciona como um mecanismo de preservação: retemos as informações relevantes e deixamos de lado o restante, de forma muitas vezes intencional. Há, portanto, uma negociação constante entre lembrar e esquecer, que

busca manter a memória saudável e funcional — equilíbrio especialmente significativo nos processos de rememoração e na composição de lugares de memória.

Esse equilíbrio, no entanto, raramente se dá de forma neutra. Quando pensamos na dinâmica entre memória e esquecimento no âmbito da memória coletiva nacional, ela se torna vulnerável a imposições e formas específicas de dominação e violência simbólica (Hoffman, 2020, p.80). A memória coletiva, quando instrumentalizada, pode destruir, uniformizar e oprimir — e é exatamente esse potencial que a torna um objeto de disputa política.

Nesse sentido, Pollak (1989) no artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio” apresenta a memória como um objeto de disputa, no qual lembrar e esquecer fazem parte de um jogo intencional. Nem tudo é registrado ou preservado por acaso: a construção do passado é profundamente política, e a memória funciona como instrumento de poder que influencia a formação das representações sociais. Emery (2018, p. 30) sintetiza essa perspectiva ao afirmar que a memória não é apenas fruto do acaso, mas principalmente resultado de escolhas intencionais.

Essa dimensão política da memória dialoga com as reflexões do professor Andreas Huyssen sobre a dialética entre lembrança e esquecimento. Para Huyssen (2000, p. 20), quanto mais somos convocados a lembrar — em um contexto de explosão informacional e comercialização da memória — mais sentimos o perigo do esquecimento, e mais intensa se torna a necessidade de esquecer. Paradoxalmente, o ato de esquecer se torna necessário para a própria recordação: é uma parte essencial da construção de narrativas sobre o passado.

Huyssen (2000) ainda destaca a existência de grupos sociais que permanecem silenciosos esperando um contexto ideal para reinterpretar publicamente o passado e dessa forma apresenta o conceito de memória subterrânea que consiste nas memórias “clandestinas” ou como a pesquisadora Wanalyse Emery (2018) coloca:

Memórias paralelas que foram marginalizadas, esquecidas ou silenciadas em função de uma memória oficial ou hegemônica. Memórias que continuam em meio à subversão, evidenciando o problema o qual cerca a constituição narrativa sobre o passado, tal como sua relação com a lembrança e o esquecimento. Narrativas conflitantes dentro de uma sociedade englobante, atreladas a grupos sociais que seguem mantendo suas memórias diante do percurso temporal, contrapondo o esquecimento (Emery, 2018, p. 30).

As memórias subterrâneas são, portanto, transmitidas de geração a geração, oralmente, e apesar das pressões ideológicas que buscam apagá-las, continuam

vivas e resistem ao longo dos anos aguardando o momento oportuno para emergir publicamente. Como observa Pollak (1989 *apud* Hoffman, 2020, p. 83), essas lembranças são cuidadosamente preservadas em redes familiares e de amizades, esperando a redistribuição das cartas políticas e ideológicas para que possam ocupar o espaço cultural e público.

Sob esse aspecto, Pollak (1989) enfatiza que em vez do tempo produzir o esquecimento, ele cria a resistência das lembranças transmitidas por meio de uma memória herdada e coloca o silêncio como uma possibilidade de continuidade da memória longe dos meios institucionais. Isso porque, esse tipo de memória é amplamente estruturada e reconfigurada conforme sua credibilidade. Além disso, o que não é dito pode assumir diferentes sentidos e objetivos, atuando na convivência entre grupos sociais como estratégia política ou ainda, quando constituída por razões pessoais, tornando-se um fator de resistência.

Por sua vez, o autor evidencia os processos de dominação entre as diferentes memórias, mostrando as condições de fragmentação sobre determinadas versões do passado. Emery (2018, p. 31) aponta que existem narrativas mobilizadas por conflitos, sob as quais se estabelecem "contradiscursos" elaborados por grupos que não puderam instituir publicamente suas próprias versões dos acontecimentos. Assim, as memórias envolvem não apenas lembrança e esquecimento, mas também silenciamento, apagamento e repressão — processos tão complexos quanto o próprio enquadramento da memória coletiva.

Nessa perspectiva, o silêncio se impõe como forma de resistência ao esquecimento. Como aponta Pollak (1989, p. 3), o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. É precisamente esse movimento — do silêncio à reivindicação — que caracteriza a trajetória das memórias dos ex-presos políticos que deram origem ao Memorial da Resistência de São Paulo. Quando o processo de seleção do que deve ser lembrado e esquecido por um grupo social é feito de maneira consciente, ele conta com o apoio da fundamental da pesquisa histórica, que se faz muito importante na construção da memória, já que:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra

metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade (Pollak, 1989, p. 4).

Dessa forma, é criada uma narrativa coesa sobre trajetórias coletivas e a preservação das lembranças escolhidas com o objetivo de construir significados sobre um passado que está em constante reinterpretação, onde sua “credibilidade depende da coerência dos discursos sucessivos” (Pollak, 1989, p. 10).

Seguindo o contexto de memória como elemento de disputa e objeto de poder, de acordo com Pollak (1989), é possível dizer que sua força narrativa pode exaltar ou silenciar grupos sociais. Isso porque, quando utilizada como uma arma política, a memória é capaz de extinguir versões do passado criando divisões nas memórias de uma sociedade. Assim, a memória se torna um instrumento que atua diretamente na rememoração, gerando processos de esquecimento sobre experiências passadas. As narrativas vão ser criadas e compartilhadas com o objetivo de construir uma memória coletiva e, como é colocado por Huyssen (2000), o conflito entre diferentes memórias vai possibilitar a reinterpretação pública do passado (Emery, 2018). Esta disputa pela memória não é meramente simbólica, mas tem consequências concretas sobre quais narrativas serão institucionalizadas, quais grupos terão suas experiências reconhecidas e validadas, e quais permanecerão à margem da história oficial.

Com isso, é possível falar sobre a preocupação transnacional que houve com a memória a partir da década de 1980, um período de grande impacto global, onde os discursos de memória impulsionaram ações revisionistas que buscavam reavaliar experiências coletivas. Essa época foi marcada pela reconstrução da memória em sociedades pós-ditatoriais, ocorrendo o surgimento de uma *política da memória* motivada pelos eventos traumáticos da segunda metade do século XX (Emery, 2018). No contexto da América do Sul, a autora observa que:

(...) a reconstrução da memória em sociedades pós-ditatoriais vem suscitando debates e conflitos, os quais visam buscar a reconciliação de uma sociedade traumatizada, repleta de feridas abertas. Assim, ao longo dos anos 60, 70 e 80, diversos países produziram processos de amnésia social, instaurando uma memória impedida, que passou a ignorar parte do passado doloroso das décadas anteriores (Emery, 2018, p. 34).

Dessa maneira, quando a memória se torna centro de discussão na contemporaneidade, o silenciamento sobre a repressão política acaba e o enfrentamento dos traumas do passado acontece, promovendo uma reapropriação consciente e crítica do que foi vivido. O esquecimento não pode mais ser utilizado

intencionalmente como instrumento para que acontecimentos não sejam lembrados ou discutidos abertamente e a memória coletiva não é mais comprometida.

No Brasil, embora a democracia tenha se consolidado, esse debate é especialmente urgente, já que o enfrentamento desse passado ainda ocorre de forma lenta. É possível observar, ainda hoje, vozes que negam a existência da ditadura civil-militar ou minimizam suas consequências. É nesse contexto que espaços de memória como o Memorial da Resistência de São Paulo assumem uma função que vai além da preservação histórica: eles são instrumentos ativos de afirmação da verdade e de resistência ao negacionismo. Lembrar, nesse sentido, é também um ato político.

A partir dos anos 2000, o uso político da memória possibilitou a criação de esferas públicas para debater os traumas deixados pela ditadura civil-militar no país, e enfrentar as políticas de esquecimento implementadas logo após a transição democrática. Além disso, o Estado, enquanto sujeito político, tentou influenciar diretamente no processo de reconciliação da sociedade consigo mesma — o contexto político da época possibilitou trazer à tona memórias subterrâneas e registros documentais, permitindo que feridas históricas sejam reconhecidas e debatidas publicamente.

Com isso, nos últimos anos, o foco da reparação no Brasil deslocou-se da esfera financeira para moral e política, tendo seu início através da fundação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Criada pela ex-Presidente Dilma Rousseff, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 a 1988, instituindo o direito à memória e à verdade. Foi instaurada em 2012, dando continuidade a dois processos anteriores — iniciados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e à Comissão de Anistia¹ —, promovendo diversos esclarecimentos públicos sobre atos autoritários praticados por representantes do Estado. Dessa forma, seu trabalho representou o início de uma reparação ética e política, principalmente por definir os crimes e nomear os criminosos (Pereira, 2015 *apud* Emery, 2018, p. 36).

¹ “A partir da Lei da Anistia, em 1979, cresceu a preocupação da sociedade civil em promover e trazer à luz os registros documentais produzidos pelos órgãos estatais de repressão, principalmente após 1964. Buscou-se que a documentação fosse urgentemente colocada sob condições especiais de salvaguarda, protegida de evidentes esforços contrários de todos os envolvidos com a repressão.” (BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. O Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Memorial da Resistência: uma interlocução necessária. *In*: ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.); textos por NEVES, Kátia Felipini. **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009).

Este movimento de construção de uma política pública da memória no Brasil, ainda que tardio e incompleto, demonstra como as memórias subterrâneas podem, eventualmente, encontrar espaço para emergir e confrontar as narrativas oficiais que buscaram silenciá-las.

Compreender a dinâmica entre lembrança, esquecimento e poder é, portanto, condição essencial para analisar como espaços de memória constroem suas narrativas, escolhem o que preservar e de que forma fazem isso. É sobre esse tipo de memória, aquela marcada pela dor e pela violência, que a próxima seção se debruça.

2.3 Memórias sensíveis e traumáticas

Como visto anteriormente, a memória é atravessada por disputas de poder, silenciamentos e processos de enquadramento que determinam o que será lembrado ou esquecido por uma coletividade. Quando essas disputas envolvem experiências de violência, opressão e violação de direitos humanos, a memória adquire uma dimensão ainda mais delicada: a do trauma. Para Ulpiano Meneses (2018, p. 4), a memória traumática é a questão mais relevante da contemporaneidade, associada a eventos profundamente negativos que uma comunidade carrega e que são difíceis de processar e aceitar.

As memórias do século XX, marcadas por guerras, genocídios, ditaduras e desastres de grande escala, ampliaram significativamente as discussões sobre lembrança e esquecimento relacionados a eventos traumáticos. O surgimento de uma cultura e política de memória nesse período possibilitou a ressignificação do passado no presente, promovendo novas interpretações sobre determinadas experiências coletivas (Emery, 2018). Nesse processo, os espaços de memória passaram a ser reconhecidos como ferramentas fundamentais para o enfrentamento do passado traumático e para a reparação moral e histórica das vítimas.

Nesse sentido, em “Seduzidos pela Memória”, Andreas Huyssen (2000, p. 13) aponta que os discursos de memória aceleraram-se na Europa e nos Estados Unidos no começo da década de 1980, após serem impulsionados pelo debate sobre o Holocausto. Isso ocorreu porque esse evento surge como um “lugar-comum universal” (p. 13), servindo de ponto de partida para analisar e compreender outros genocídios ao redor do mundo. Ao ser descentrado de sua singularidade histórica, O holocausto

abriu espaço para comparações e reflexões sobre tragédias, ampliando o escopo das discussões sobre memória traumática.

Além do Holocausto, o autor disserta sobre outros eventos históricos como a queda do muro de Berlim, o fim das ditaduras latino-americanas, o Apartheid, que geraram, segundo Huyssen (2000), uma obrigação de prestar contas ao passado — manifesta especialmente na criação de lugares de memória como marcos de uma época. Esse movimento foi acompanhado tanto pela proliferação de novos espaços memoriais quanto pela comercialização do passado pela mídia e pelas novas tecnologias. O autor chama atenção para o paradoxo desse fenômeno: o trauma passa a ser comercializado da mesma forma que o entretenimento, tornando a memória um produto de consumo no mercado globalizado.

Segundo Huyssen (2000, p. 22), o passado vende mais do que o futuro, uma vez que os indivíduos “estão abertos para muitas possibilidades diferentes de representação do real e de suas memórias”. Dessa forma, “o trauma é comercializado tanto quanto o divertimento e nem mesmo para diferentes consumidores de memória” (idem). Diante desse risco, Huyssen (idem, p. 28) defende a necessidade de unir memória e musealização como forma de proteger o passado da obsolescência e do desaparecimento.

Na América do Sul, a política da memória se intensificou pela memória gerada pelos regimes militares que se instauraram na metade do século XX. Com os processos de redemocratização, começaram a haver debates sobre as violações dos direitos humanos e a necessidade de reparação histórica. Segundo Emery (2018), existe

um desejo de memória que é clamado por uma parcela da sociedade, que pede por verdade e justiça para que os crimes cometidos pelo Estado jamais sejam esquecidos. Ou seja, uma obsessão que se defronta com diferentes processos de esquecimento, por memórias fragmentadas, em um embate de força, que molda as ações dos agentes políticos e sociais em seus posicionamentos (Emery, 2018, p. 22).

No Brasil especificamente, as memórias traumáticas do período da ditadura civil-militar emergiram de forma mais significativa a partir da década de 1990, com os primeiros mecanismos de reparação sendo implementados no ano 2000. A partir desse ponto, as narrativas que foram manipuladas durante o passado começam a sofrer uma mudança de sentido: passou-se a construir uma memória coletiva sobre as experiências traumáticas vividas, em um processo descrito como intensamente

truculento, cujas consequências se fazem sentir até o presente, pois suas dores nunca foram inteiramente superadas (Emery, 2018, p. 22).

A partir das reflexões de Pierre Nora, Huyssen (2000) enfatiza que os lugares de memória têm se expandido globalmente, valorizando memórias individuais e coletivas vinculadas a políticas nacionais e identitárias, particularmente na formulação de narrativas do trauma. Essa expansão resultou na criação dos chamados sítios de consciência — espaços que operam como suportes informacionais sobre experiências traumáticas e processos de justiça de transição. Segundo Emery (2018, p. 40), esses espaços são resultantes de uma memória construída entre a lembrança e o esquecimento, em meio a um passado aberto às disputas de interpretação, usando o território como veículo de comunicação sobre experiências de grande impacto para a coletividade.

Assim, estes não apenas testemunham eventos passados, mas também desempenham papel ativo na construção de discursos políticos e sociais. Além disso, passam a ser uma ferramenta das políticas públicas da justiça de transição que tem como objetivo a reparação às vítimas de crimes estatais (Emery, 2018).

A partir disso, cabe falar sobre os termos memoriais, monumentos e museus memoriais. Segundo Meneses (2018), esses conceitos se inter-relacionam dentro do campo do patrimônio cultural e sua se dá organização a partir do processo de memorialização das narrativas traumáticas, não havendo necessidade de classificações rígidas que os diferenciem (Haddad, 2022, p. 33).

Todos esses espaços de memória têm relação com o patrimônio cultural que, a partir da década de 1960, ganhou destaque com a ampliação do seu conceito e o fortalecimento dos debates sobre lembrança e esquecimento, englobando memórias sensíveis e traumáticas. O patrimônio cultural passou a ser uma âncora da memória social exercendo papel fundamental na articulação de narrativas e identidades coletivas.

Meneses (2018, p. 9), reflete sobre o papel do museu memorial e seu tratamento da memória traumática. Ele argumenta que o museu não deve se posicionar como um tribunal, mas sim como um espaço de reflexão crítica e formação da consciência histórica. Isso é crucial, pois o museu tem a capacidade de iluminar, contextualizar e promover o entendimento, sem a necessidade de emitir vereditos. Em suas palavras:

O museu funciona, assim, como um necessário espaço de confronto sem dominação, numa sociedade tão fragmentada como a nossa. Acreditar que o museu tem vocação de espaços de contraponto leva a uma outra preferência, que não me canso de explicitar: mais vale o museu como lugar de perguntas, do que de respostas (Meneses, 2018, p. 9).

Além disso, o autor diz que é necessário problematizar a memória do trauma, visto que tanto ela quanto a cultura e a identidade não são fixas ou homogêneas, ambas variam de acordo com o tempo, sendo influenciadas por diferentes interesses e contextos. Por isso, quando problematizada de forma crítica, a memória pode ser analisada em suas múltiplas camadas e contradições, evitando julgamentos simplistas. O autor enfatiza ainda que a responsabilidade do museu vai além das comunidades diretamente afetadas — o espaço deve abordar a memória de forma a tratar cada caso com a dignidade que merece, projetando-o num espaço sem hierarquias, o da violência em qualquer escala (Meneses, 2018, p. 11).

Meneses (2018) ainda discute sobre a importância de não descartar o cotidiano, visto que este tanto no contexto da memória traumática, quanto na celebração de heroísmos, deve ser abordado com sensibilidade e consciência. Os museus que tratam de eventos extraordinários também devem considerar a vida cotidiana das pessoas afetadas, conectando eventos passados às realidades atuais e evitando a trivialização, garantindo que a memória continue a ressoar na vida diária. Por fim, o autor diz que a memória dos eventos traumáticos não deve substituir a busca por justiça, mas deve ser parte de um esforço maior que inclua a responsabilização e a reparação.

Dessa maneira, é possível afirmar que os espaços de memória surgiram como como ferramenta de preservação e reflexão de traumas históricos. Por meio do tratamento de memórias sensíveis, se torna possível o enfrentamento do passado e a construção de uma forma de reparação moral e histórica das vítimas. Com isso, abra-se espaço para o reconhecimento de narrativas esquecidas e marginalizadas e para o surgimento de debates e reflexões sobre eventos históricos marcados pela dor e pela violência — debates que, como veremos nos capítulos seguintes, encontraram no Memorial da Resistência de São Paulo um campo fértil de atuação e experimentação museológica, que une preservação patrimonial, educação e ação política, transformando a memória traumática em instrumento de conscientização e transformação social.

3 O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

3.1 Histórico da trajetória do edifício e instituição como patrimônio

O Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) é um espaço dedicado à preservação da memória política e à promoção da democracia no Brasil. Desde sua abertura, tem como missão preservar as memórias da resistência e das repressões políticas do estado de São Paulo, se firmando como um lugar de reflexão, visando à valorização da cidadania, da pesquisa e da educação.

Inaugurado em 24 de janeiro de 2009, o memorial é resultado de uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, em parceria com cidadãos, como o Fórum Permanente de ex-presos e perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, e foi coordenado pela Pinacoteca do Estado de São Paulo (Neves, 2011, p. 53). Essa colaboração garantiu que se tornasse um espaço dedicado à preservação da memória e de conscientização sobre direitos humanos.

Como conta Kátia Felipini Neves (2011, p. 49), ex-coordenadora do Memorial da Resistência, o edifício onde ele está localizado foi projetado e inaugurado em 1914 pelo arquiteto Ramos de Azevedo, para abrigar os escritórios e armazéns da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana. Isso, até 1938, quando as obras da Estrada de Ferro foram concluídas. Após reformas, em 1940, o espaço passou a abrigar a Delegacia Especializada de Explosivos, Armas e Munições e, nos anos seguintes, outras repartições vinculadas ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops/SP), uma das polícias políticas mais violentas da história do país, até a sua extinção no ano de 1983.

Apesar da desocupação do Deops/SP, o edifício passou a sediar a Delegacia de Defesa do Consumidor (Decon) até 1998, quando foi transferido da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo para a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. A transferência se deu em função da comemoração do aniversário da Lei da Anistia – acordo ambíguo que permitiu perdão aos perpetradores da violência de seus crimes, liberando, simultaneamente, perseguidos políticos do cerco estatal (Almeida, 2004, p. 10).

Figura 1 – Prédio do antigo Deops/SP, que atualmente abriga o Memorial da Resistência e a Estação Pinacoteca



Fonte: José Patrício, 1995. Acervo do Memorial da Resistência de São Paulo.

Em 1997, com as políticas de revitalização do centro de São Paulo, a gestão foi transferida para a Secretaria da Cultura e em 1999 houve a reforma do prédio e seu tombamento² como patrimônio cultural pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (Condephaat), por sua importância histórica e valor arquitetônico. Além disso, ainda no ano de 1999, no âmbito das comemorações dos vinte anos da promulgação da Lei de Anistia de 1979, foram realizadas duas atividades culturais nos espaços do térreo do edifício: a exposição temporária "Anistia 20 Anos" e a apresentação teatral Lembrar é resistir (Neves, 2011).

Com a transferência de gestão, o edifício foi destinado para projetos de revitalização do centro da cidade, tornando-se, em razão de sua localização, objeto de disputa de diferentes propostas de ocupação. Dentre as possibilidades elencadas, havia: uma escola de teatro, uma escola superior em música, o Memorial do Cárcere e o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro. No entanto, apesar das indefinições,

² Resolução SC-28, de 8 jul.1999, publicada no *Diário Oficial do Estado* em 9 jul.1999 (Seção I, p.24).

também havia a ideia para criação de um memorial vinculado à história da repressão política no antigo espaço carcerário do DEOPS/SP. Já no ano de 2002, as obras foram concluídas e o edifício foi entregue totalmente restaurado e com novas instalações para um novo destino: sediar o Museu do Imaginário do Povo

Brasileiro e o Memorial da Liberdade. No entanto, apenas a proposta do Memorial chegou a ser implantada efetivamente, tendo permanecido sob a gestão do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Após três anos de restauração, foi inaugurado o então “Memorial da Liberdade”³ pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, que tinha como objetivo central estimular o “exercício da cidadania e os valores democráticos, por meio de mostras, exposições, formação de acervo, seminários, publicações e outras manifestações artísticas e culturais” (São Paulo, 2012).

Assim, foi apresentando ao público as antigas celas do Deops-SP, um espaço transformado e dedicado às manifestações artísticas e culturais, com o intuito de promover o direito do homem e a manutenção de valores democráticos, na medida em que reconhecia, na figura do Estado, os deveres para prestar tais serviços. (Oliveira; Coelho, 2014, p. 53):

A reforma teve início em 1999 e em julho de 2002 é inaugurado: no primeiro andar foi apresentada a instalação “Intolerância”, de Siron Franco, e a exposição “Cotidiano Vigiado – repressão, resistência e liberdade nos arquivos do Dops 1924-1983”, como parte do projeto do Museu do Imaginário, e no espaço prisional remanescente, no térreo, o Memorial da Liberdade e a exposição temporária “Cidadania: 200 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (Neves, 2012, p. 50).

Dessa forma é possível pensar que o objetivo da reforma era fazer do espaço carcerário um local para atividades culturais, visando o conforto dos visitantes. Porém, essas ações e reformas (pintura nas paredes, a instalação de banheiros no corredor, os aparelhos de ar condicionado, dentre outros elementos) acabaram por degradar o lugar e, conseqüentemente, apagar as memórias de violência contidas ali.

Segundo o ex-diretor da Pinacoteca Marcelo Araújo em entrevista concedida à Luiza Giandalia e Camila Djurovic:

³ O Memorial da Liberdade permaneceu sob a responsabilidade do Arquivo Público do Estado até 2006, quando sua administração foi transferida para a Pinacoteca do Estado, uma vez que esta instituição já ocupava o edifício desde 2004, sob a denominação de Estação Pinacoteca (Neves, 2009, p. 36).

Um processo de assepsia do antigo DEOP: após uma restauração descuidada as celas foram encontradas todas limpas, e era um espaço que as pessoas olhavam e falavam: “Ah! É um espaço bonito”. “Com o pé direito alto, colunas de ferro, chão de cimento.” O que era até um pouco irônico. Mas é que todas aquelas presenças do passado do edifício, inclusive de uma ocupação cotidiana, tinham sido eliminadas os anexos do prédio, como as celas do fundão, que foram construídas no período do DEOPS e que, do ponto de vista da memória política, eram muito importantes, foram eliminadas (Araujo, Marcelo. 02 de março de 2018).

O resultado da reforma gerou um impacto muito grande para quem tinha vivenciado a prisão e para quem não tinha tido essa experiência. Como descreveu Maurice Politi, ex-presidiário político do Deops/SP, em entrevista para o Memorial da Resistência:

Quando recebemos um grupo de alunos ou de jovens lá embaixo, a gente não diz que o DEOPS era só aquilo, a gente fala: “Olha, no prédio tinham 2.000 pessoas trabalhando. Eram seis andares e tinha um entrepiso que era o lugar da tortura”. Então a gente conta a história, só não temos o espaço físico para mostrar, pois neles estão as exposições da Pinacoteca. Mas agora o Memorial já tem o terceiro andar, e podemos ir para lá também. O problema é que quando eles reformaram o prédio, eles acabaram com tudo o que tinha, como as salas de delegado, que era uma das lembranças que eu tinha daqui. Se você me perguntar: “Que lembranças você tem?”. A única lembrança que eu tenho mesmo é da sala de interrogatório. Mas tinham dezenas de salas, sala de delegado, sala de investigador, sala disso, daquilo, mas a gente não via. Eu conheci o espaço carcerário que é uma das salas de interrogatório. Também lembro da sala onde eu recebi minha mãe pela primeira vez, quando ela veio me visitar, e era uma sala de delegado, uma sala comum, com um sofá. E eles acabaram com isso na reforma (Politi, Maurice. 25 de abril de 2018. Entrevista concedida à Luiza Giandalia e Camila Djurovic).

Assim, fica evidente que apenas o trabalho de uma equipe de arquitetura sem projeto museológico não colabora para que o público tenha acesso a todas as informações e histórias que proporcionam o impacto, e consequentemente a reflexão e o conhecimento necessários para a formação de uma consciência crítica. O processo de restauração foi executado pelo escritório de arquitetura de Haron Cohen, o qual autorizou e executou modificações no interior do prédio que desagradaram esses grupos. O arquiteto justifica, nos trechos da entrevista concedida em 2018 para o Memorial da Resistência, que as inscrições apagadas não prejudicaram o projeto, uma vez que os escritos não eram de presos políticos, mas sim de ex-prisioneiros comuns na década de 1990 (Haddad, 2022, p. 179). Para Kátia Felipini Neves (2012):

Acreditamos que a ausência de um projeto museológico e do desenvolvimento sistemático com a inauguração do Memorial, o que se

sucedeu foram descontentamentos de inúmeras ordens: pela denominação (porque ali nunca se teve liberdade); pelo apagamento das memórias do lugar, que tinha se tornado completamente asséptico e que em nada lembrava o presídio; pela não exploração do potencial educativo e cultural, ou seja, houve uma reforma, mas não a revitalização de fato do espaço (Neves, 2012, p. 51).

Além disso, a reforma do espaço carcerário, que o descaracterizou e a denominação de Memorial da Liberdade, não condizente com a história de repressão do DEOPS/ SP, causavam um enorme descontentamento entre os militantes políticos. Assim, em 2004, a APAC assumiu a gestão do prédio e instalou a Estação Pinacoteca, com exposições, a Biblioteca Walter Wey, o Centro de Documentação e Memória e o Auditório Vitae. Já a partir de 2006, procurando restabelecer o interesse do público pelo edifício, um grupo de militantes do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo se mobilizou e propôs ao poder público a mudança do nome, uma vez que “Liberdade” não era adequado para um lugar em que tantas pessoas sofreram e morreram (Neves, 2011). Já em 2007, a gestão do Memorial da Liberdade foi transferida para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, que já gerenciava o prédio desde 2004 por abrigar a Estação Pinacoteca.

Várias atividades foram realizadas por militantes, ex-presos políticos e organismos governamentais, com o objetivo de renovar a mobilização em defesa de uma Justiça de Transição, os olhares de militantes (especialmente do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo) se voltam para esse lugar de memória e as reivindicações de reformulação do espaço são acolhidas pela então administração do Estado (Neves, 2011, p. 84).

Assim, iniciou-se uma nova fase nesse espaço de memória, em 1º de maio de 2008 houve a implantação da proposta “Projeto Museológico de Ocupação Memorial da Liberdade” entregue pela direção da Pinacoteca do Estado a uma equipe interdisciplinar de consultores formada pela museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP) e pela educadora Gabriela Aidar (Pinacoteca do Estado de São Paulo) (Neves, 2011).

O projeto museológico apresenta o conceito da exposição de longa duração e, também, a estruturação do novo espaço de memória que irá conter ações de pesquisa, salvaguarda (documentação e conservação) e comunicação (exposição e

ação educativa e cultural) patrimoniais. Dessa forma, a configuração no novo espaço seria a partir de seis pontos de ação: Centro de Referência (rede de fontes documentais e bibliográficas), Coleta Regular de Testemunhos (registro de testemunhos de ex-presos políticos e de familiares de desaparecidos e mortos), Lugares da Memória (inventário e identificação dos lugares da resistência em São Paulo), Exposições, Ação Educativa e Ação Cultural (Oliveira; Coelho, p. 55).

O projeto museológico foi importante para retomar e exibir a história do período repressivo da ditadura, apresentando de uma forma crítica, a violenta realidade e as vivências daquele lugar enquanto sede do Deops/SP. Alcançando seu potencial de se tornar uma instituição multifacetada, sendo lugar de memória e pesquisa; espaço público e de compartilhamento; e construção conjunta de significados. Dessa forma, o público tem acesso às informações que proporcionam reflexão e conhecimento, necessários para a formação de uma consciência crítica:

O projeto museológico do Memorial da Resistência de São Paulo, inaugurado em 24 de janeiro de 2009, foi concebido e implantado visando à ampliação da ação preservacionista e do potencial educativo e cultural do lugar, com o objetivo de fazer dessa instituição um espaço voltado à reflexão e à promoção de ações que contribuam para o exercício da cidadania, para o aprimoramento da democracia e à conscientização sobre a importância do respeito aos direitos humanos (Neves, 2011, p. 56-57).

Além disso, escolher a resistência política e dar voz aos protagonistas da história, ao envolver os ex-presos políticos no processo de implantação, foi uma forma de não somente expor a sua importância para a conquista da democracia, mas também necessária para o seu aprimoramento na atualidade (Neves, 2011, p. 58).

Adiante, em janeiro de 2009 o espaço foi transformado em museu memorial, após o decreto de Alckmin e teve a aprovação de seu primeiro projeto museológico. O termo “liberdade” foi retirado e ocorre a mudança do nome Memorial da Liberdade para Memorial da Resistência juntamente com a realização da exposição “Direito à Memória e à Verdade A Ditadura no Brasil 1964-1985”, realizada em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Assim, o Memorial da Resistência foi relançado afirmando seu compromisso com a memória e a compreensão da história política do Brasil (Haddad, 2022, p.181).

Atualmente, em 2024, o Memorial da Resistência de São Paulo é gerenciado pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC) – criada em 1992, e é uma organização Social de Cultura que executa a política cultural definida pelo governo do

Estado por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo — e atua como membro da Coalizão Internacional de Lugares de Consciência. Exibe exposições temporárias e permanentes, visando temas que têm como base a conscientização sobre os direitos humanos, ações e programas educativos, área de pesquisa e conteúdos virtuais de livre acesso ao público. Além disso, o memorial segue o Plano Museológico do Memorial da Resistência de São Paulo / MRSP – 2019 – 2023, correspondente à atualização e revisão do documento precedente elaborado em 2010.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o processo de renovação e ressignificação do Memorial da Resistência o transformou em um lugar que gera sentidos a partir da experiência social. Sua história mostra que ele funcionou como um espelho da sociedade, inserido no contexto dos discursos contemporâneos sobre memória. Assim, ele pode ser visto como um espaço narrativo, que cria significados a partir das vivências e oferece uma visão contextualizada da história.

3.2 A atuação do Departamento de Ordem Política e Social (Deops/SP) na repressão política brasileira

Em dezembro de 1924, foi criado o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sendo um órgão utilizado durante o período da Ditadura civil-militar no Brasil, que tinha a função de assegurar e manter a ordem militar no país. Além disso, também eram as unidades de Polícia Política de cada estado, responsável pela repressão a comunistas, anarquistas, sindicatos e movimentos sociais. Dessa forma, a função do DOPS era de uma polícia política truculenta, com funções preventivas e repressivas que manteria a sociedade afastada de conflitos sociais de origem popular e operária e assim mantendo a suposta “ordem político-social”.

Concomitantemente à criação, em diferentes estados, destas forças policiais especializadas em crimes políticos – os DOPS (no caso de São Paulo, o DEOPS) –, leis federais foram sancionadas para coibir crimes dessa natureza, como a primeira Lei de Segurança Nacional (LSN) brasileira, aprovada em 1935. As modificações na estrutura estatal evidenciavam as mudanças na atuação do Estado como agente de controle social (Gumieri, 2012).

O Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), criado em 1924, foi instituído como parte do sistema administrativo-legal de vigilância,

controle e repressão do governo em contenção ao crescimento do anarquismo, do movimento operário de greves gerais (1917) e da fundação do Partido Comunista Brasileiro – PCB (1922) (Gumieri, 2012).

Nele, eram utilizadas práticas violentas e ilegais, além da produção e armazenamento de informações. Os alvos de ação desta polícia variava conforme mudanças nas circunstâncias nacionais e internacionais, porém suas atividades sempre estiveram ligadas ao policiamento de setores considerados perigosos pela ordem vigente por meio de práticas de controle, vigilância e repressão. Dentre suas ações, é possível citar o enfrentamento contra grupos revolucionários de ação armada e atividades de repressão como: prisões ilegais, invasão de domicílio, censura, torturas e mortes (Gumieri, 2012).

Entre 1940 e 1983, ele funcionou no edifício instalado na Estação da Luz, importante centro de transporte e área comercial. Desde a Era Vargas até o período de abrandamento do regime militar, apenas dois anos antes da retomada do Estado democrático. Segundo Wanalyse Emery (2018, p. 51), acredita-se que as repartições do Deops/SP estavam posicionadas da seguinte forma:

1. Na parte térrea, à leste do edifício, 10 celas e mais uma cozinha;
2. No segundo andar, havia a Divisão de Ordem Social e a Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, as quais ocupavam 10 salas naquele pavimento. Além da Delegacia de Estrangeiros, até 1969, e uma biblioteca desativada em 1957. Também havia um Cartório e a sala de Sub Chefia dos Investigadores;
3. Entre o segundo e o terceiro andar, encontrava-se uma cela exclusiva para presos sigilosos, sobre os quais nenhuma informação poderia ser atribuída, ficando estes sob a tutela do delegado;
4. No terceiro pavimento funcionava a Delegacia de Ordem Econômica;
5. No quarto andar, havia a copa, o ambulatório, um caixa para pagamento de despesas e um grande banheiro. Aqui também estavam instalados o Gabinete do Delegado Geral do DEOPS, a Delegacia de Ordem Política, a Sala de Policiamento, o laboratório Fotográfico e o “Centro de Estudos”, local visto como uma sala de reuniões. Sobre este andar há referências orais sobre uma sala de tortura;
6. No quinto pavimento, era encontrada uma sala isolada de escutas

clandestinas do Serviço Secreto e o Depósito de Armas.

Em 1983, o Deops/SP foi fechado e a antiga estação foi desocupada pelas atividades do setor. O arquivo produzido pelo órgão foi transferido para a Polícia Federal até 1991, passando então à guarda da Secretaria de Estado da Cultura e encarregando a tarefa de organizá-lo, preservá-lo e, posteriormente, disponibilizá-lo às pesquisas ao Arquivo do Estado de São Paulo. Já o edifício, teve sua recuperação iniciada em meio ao processo de revitalização do centro da cidade de São Paulo, sendo tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) em 1999 (Gumieri, 2012).

Assim, por todo o período de atividade da polícia política no *Prédio do DEOPS*, o edifício ficou associado à repressão e às torturas praticadas em seu interior e por isso viria a se tornar o Museu Memorial da Resistência de São Paulo.

3.3 Testemunhos e Experiências dos Ex-Presos Políticos

O Memorial da Resistência de São Paulo apresenta em sua exposição de longa duração o Programa Coleta Regular de Testemunhos. Contendo mais de 120 relatos, tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre a história do Deops/SP a partir do registro de testemunhos de ex-presos e perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, e outros cidadãos que trabalharam nessa instituição ou que a frequentaram por dever do ofício.

A partir da metodologia da História Oral, o programa desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa do Memorial realiza entrevistas individuais, gravadas em estúdio, e entrevistas coletivas abertas à participação do público. Esse conteúdo é disponibilizado na íntegra, à consulta pública, e tem como intuito reforçar a importância do memorial como um espaço de reconhecimento e dignidade para aqueles que sofreram durante o regime militar. Além disso, busca aprofundar e democratizar o conhecimento através da produção e difusão de materiais audiovisuais, promover debates públicos e reflexões temáticas sobre a memória dos períodos ditatoriais e democráticos, e estimular o desenvolvimento de novas pesquisas (NEVES, 2012).

Aqui estão alguns relatos realizados em entrevistas para o Memorial da Resistência encontrados no Programa Coleta Regular de Testemunhos, feitos pelos

ex-presos políticos que passaram pelo DEOPS.

Figura 2 – Ex- preso político Maurice Politi



Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo, 2008

Maurice Politi foi entrevistado por Katia Felipini, Marcelo Araújo e Ivan Seixas no dia 02/11/2008 para a exposição de longa duração do Memorial de Resistência. A entrevista se pautou pela busca de informações descritivas do espaço carcerário e do cotidiano dos presos políticos dentro das celas do Deops/SP.

Maurice conta que quando tinha 21 anos, recém estudante de jornalismo, foi detido no dia 20 de março de 1970 por agentes do DOI-Codi/SP. Ele permaneceu preso por 18 dias na rua Tutóia (DOI-Codi/SP) e em seguida, foi transferido para o Deops/SP onde ficou preso por mais um mês, sendo depois encaminhado para o Presídio Tiradentes. Também compartilhou imagens que tinha memorizadas por ele do interior das celas, das condições precárias de higiene e alimentação e detalhou a diferença entre as passagens e tratamento de presos políticos no DOI-Codi e no Deops/SP. Ele diz: “As 6, 7 da manhã havia o pão duro, com café e leite.”

Ressaltou ainda, a preocupação comum entre os presos políticos de estabelecer formas solidárias de organização coletiva, destacando a solidariedade dos companheiros para com Olavo Hansen, torturado e morto por agentes do Deops/SP. Por fim, contou como se dava o sistema de troca de informações entre os detentos e sobre a possibilidade escassa dos presos políticos receberem visitas no Deops/SP. Ele conta:

O banho de sol era uma dádiva dos carcereiros, eles quando quisessem, a gente reclamava sempre pedindo para sair ao sol principalmente para se movimentar e pra poder ver os companheiros através das grades e combinar história... Então o banho de sol era uma hora por semana geralmente levavam de cela em cela, cada hora 1 ia, hoje vai a cela 2, depois de amanhã a cela 3 e era uma hora que ficava andando ali e era uma vez por semana (...) Mas isso também dependendo das boas graças do carcereiro, dependendo da ordem do delegado. Quando era um momento de muita repressão e muita pressão dos delegados e os delegados achavam que os presos eram rebeldes e que os presos não estavam colaborando contando o que eles queriam, eles simplesmente suspendiam o sol. Então não tinha sol. Por isso que teve fases onde teve sol e teve fases onde não teve sol e o sol era isso, uma hora por semana andar pelo corredor e se choveu não tinha sol (Politi, 2008).

Figura 3 – Ex-presidiária política Elza Ferreira Lobo



Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo, 2008.

Elza Ferreira Lobo foi entrevistada no dia 02/11/2008 por Katia Felipini e Ivan Seixas para o Memorial da Resistência de São Paulo. A entrevista se pautou pela busca de informações descritivas do ambiente prisional do Deops/SP. Nesse sentido, Elza que esteve presa nesta delegacia entre novembro de 1969 e janeiro de 1970, compartilhou suas memórias sobre o cotidiano na carceragem do Deops/SP e sua estrutura física. Além disso, relembrou alguns eventos marcantes, como a chegada dos Freis Dominicanos — presos pela repressão por sua atuação de resistência à ditadura. Abordou também as condições precárias de sobrevivência impostas naquele ambiente, em termos de alimentação e higiene básica. Ela diz:

Chegava o latão, aí a gente preparava os pratos já com uma outra aparência de que não era aquele bagulho, aquela lavagem de porcos, né? Na verdade

se tentava amenizar aquela realidade dura e cáustica que por exemplo, se fosse o carcereiro ou um dos outros jogava aquilo pra dentro de qualquer jeito (Lobo, 2008).

Além disso, segundo Elza Lobo, o Deops/SP embora representasse um lugar marcado pela violência e repressão ficou conhecido pelas ações de solidariedade que eram manifestadas entre os presos — independente de pertencerem ou não, a organizações diferentes. Ela conta:

O que eu acho que a gente teria que estar resgatando dessa vivência toda é que assim, se está no subterrâneo né? Sem saber o que está acontecendo fora, era a medida que você não tem os contatos né. Mas você está vivendo uma situação nova e que os desafios são muitos e aí você começa a perceber o quão forte é a solidariedade as pessoas, pessoas que nunca se viram, nunca se conheceram, e que ali naquele momento um procura ajudar o outro não importa, não tem nenhuma separação por classe social, por tipo de militância, por tipo de organização política. Não. São todos iguais e você tem é que está lutando contra o inimigo comum que está querendo aplacar todos que estão ali naquele subterrâneo. Então essa imagem pra mim que me persegue, que é muito forte né (Lobo, 2008).

Tratou ainda sobre as questões de convivência que permeavam o dia a dia na cela, que era habitada por presas políticas e também pelas chamadas presas comuns. Falou também sobre as estratégias de comunicação estabelecidas entre os presos de diferentes celas e descreveu parte da estrutura física dos espaços por onde circulou durante o período de prisão, com especial detalhamento das celas.

Por fim, apresentou a intenção de denúncia contida por trás das inscrições feitas nas paredes das celas, que eram também batizadas com nomes de companheiros mortos e desaparecidos, como forma de homenageá-los. Exemplo desta manifestação é a cela que foi ocupada por Elza e suas companheiras que foi, segundo a entrevistada, batizada “Chael” — nome de um ex-militante da VAR-Palmares assassinado pela repressão. Ela conta:

No final do ano a gente quis homenagear os companheiros abatidos em combate, né? E cada uma das celas, a meia-noite pro início do ano, ia sendo gritado o nome do homenageado daquela cela. E pra colocar o nome do Chael na parede a gente passou horas, com um grampo de cabelo. Era a cela primeira do fundão que recebeu o nome de Chael (Lobo, 2008).

Figura 4 – Ex-presos políticos Ivan Akselrud Seixas



Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo, 2008.

Entrevistado por Katia Felipini no dia 02/11/2008, para a exposição de longa duração do Memorial de Resistência, Ivan Akselrud de Seixas, conta que foi preso em 1971 quando tinha 16 anos e era militante de uma organização revolucionária de luta clandestina contra a ditadura, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). O ex-presos políticos ficou detido no Deops/SP, em diversas passagens entre 1971 e 1976. Ele conta:

Eu tinha 16 anos, era militante de uma organização revolucionária de luta clandestina contra a ditadura. Fui preso junto com meu pai, um operário mecânico. E fomos presos juntos, torturados juntos, e ele foi assassinado na tortura (Seixas, 2008).

A entrevista de Ivan foi pautada pela busca de informações descritivas do espaço carcerário, visando uma elaboração criteriosa da ocupação museográfica do ambiente, já que este foi destituído de parte de suas características originais pela ação do tempo e de reformas interventoras do escritório de arquitetura responsável pelo edifício na época em que foi tombado como patrimônio. Com base nesta experiência, ele recuperou as imagens memorizadas por ele do interior das celas, bem como as condições precárias de higiene, alimentação e repouso imprimidas neste local. Ele relembra:

Alimentação era modo de dizer, não é? Porque aquilo ali era um negócio terrível né. A comida vinha do carandiru né e vinham umas panelonas enormes. Um arroz unidos venceremos como a gente dizia que era tudo grudado. Um feijão gorduroso e vinha algumas coisas parecidas com carne que vinha boiando em gordura que as pessoas tinham mais nojo do que apetite quando viam aquela carne né?"; "Era servida por algum funcionário ou algum preso que estava no corredor fazendo o serviço de atendimento às celas (...). As celas, elas tinham em média algo como 10, 15 pessoas. Em alguns momentos que tinham mais prisões ia pras umas 30, 40 pessoas chegou a ter dentro das celas. As pessoas tinham que dormir no chão, eram colchões espalhados e as pessoas dormiam coladas umas nas outras porque era muita gente (Seixas, 2008).

Ivan Seixas ressaltava ainda a preocupação comum entre os presos políticos de estabelecer formas solidárias de organização coletiva que refletissem a ideologia socialista. Ele diz: "Então a preocupação da gente era o tempo inteiro estar junto e principalmente estar solidário com as pessoas".

Contou, também, como se dava o sistema de troca de informações entre os detentos e sobre o registro deixado nas paredes como forma de denúncia frente às prisões não legalizadas. Por fim, narrou a história de Eduardo Leite Bacuri e a tentativa frustrada dos companheiros presos ao tentarem salvá-lo de sua morte anunciada pelos agentes da repressão nos corredores da delegacia.

Figura 5 – Ex-presidiária política Rosemeire Nogueira



Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo, 2008

Entrevistada no dia 02/11/2008, Rosemeire Nogueira narrou para Katia Felipini sua experiência de prisão no Deops/SP em novembro de 1969. Na época, ela tinha 23 anos e descreve as circunstâncias de sua prisão e as dificuldades que enfrentou

durante sua permanência no Deops/SP em função de sua condição física fragilizada após ter dado a luz a seu filho apenas um mês antes da prisão. Ela conta:

Eu fui presa em 04 de novembro de 1969. Esse dia, é um dia importante, terrível e triste na história do Brasil. Foi o dia em que o esquadrão da morte matou Carlos Marighella." ... "Fui presa pelo mesmo esquadrão da morte pelo delegado Sérgio Fleury em pessoa. Que era uma pessoa absurda, que dava medo até de olhar na cara dele (Nogueira, 2008).

Vivendo no cárcere em condições precárias de higiene e alimentação, somado as agressões provenientes das sessões de tortura, Rose teve sua saúde física prejudicada, além do trauma psicológico acarretado pela violência que sofreu. Ela diz: "A comida no DOPS era um horror!"; "No DOPS eles não deixavam a gente tomar banho."; "O banho era um acontecimento. Eu fiquei, sei lá, 40 dias, eu não sei, sem tomar banho." (Nogueira, 2008).

Rose destaca ainda, a solidariedade como aspecto fundamental da convivência entre os companheiros presos no Deops/SP, sobretudo em vista das condições impostas pela incomunicabilidade dos presos. Nesse sentido, a troca de informações, a vigília e os cuidados com o outro, eram imprescindíveis para a sobrevivência. Também, relata que por uma questão de segurança, os presos, políticos, não trocavam entre si, informações sobre o que motivou a prisão ou sobre o âmbito de militância de cada um. Um dos episódios narrados por Rose com emoção, foi sobre a ajuda que prestou à companheira de cela Vera Nicoletti. Ela relata:

Quando chegou, a Vera Nicoletti era muito jovem. Ela tinha acho que 19, 20 anos. Todo dia eles chamavam ela para interrogatório, todo dia batiam nela. Mais ou menos no terceiro ou quarto dia ela veio desmaiada. E jogaram ela naquela cama de concreto, era uma coisa com um colchão de palha, e jogaram ela assim e ela caiu inteiramente mole. E eu tentei ajeitar as pernas dela, os braços e eu achei que ela não respirava. E fui levantar a cabeça dela assim, minha mão saiu cheia de sangue. Aí eu comecei a gritar no corredor: "A Vera morreu! A Vera morreu! Mataram a Vera!" Todo mundo começou a gritar todo mundo. Foi uma gritaria tão grande. E aí vieram uns militares, pegaram ela e levaram embora. E eu fiquei com essa impressão de que ela tinha morrido. Tiraram o marido dela também. (...) E nunca mais se ouviu falar neles. Anos depois, num desses e-mails que tem o nome de muita gente, tinha o meu lá no meio de alguém. E o dela também. E ela me escreveu dizendo: - "Olha, vi seu nome. Eu acho que eu te conheci numa situação muito complicada. Você é a Rose que ficou presa comigo no DOPS? Nunca mais esqueci seu nome." Olha, eu quase morri. Porque eu nunca mais esqueci o nome dela. Nunca mais esqueci dela. E eu tinha a impressão que ela tinha morrido e 33 anos depois eu descubro que aquela moça, mocinha, cheia de sangue tava viva. Olha, foi uma das coisas mais importantes da minha vida emocional. Da minha vida mesmo. Uma das coisas mais importantes da minha vida foi descobrir a Vera viva (Nogueira, 2008).

Por fim, Rose afirmou que as verdadeiras armas da resistência eram, sobretudo, o próprio corpo dos indivíduos que lutavam e a convicção em estarem lutando por uma causa justa.

(...) isso faz 39 anos, mas é impossível esquecer. Quem passa por uma experiência dessa não pode esquecer e não tem o direito de esquecer também. Não tem o direito porque tem a obrigação de contar para as próximas gerações o que aconteceu com o Brasil naquela época. Nós temos uma história autoritária de mais de 500 anos e contra todo esse autoritarismo nós também temos uma história de resistência. Então nessa última ditadura eu participei da resistência brasileira, a desgraçada ditadura civil-militar (Nogueira, 2008).

Os testemunhos dos ex-presos políticos reunidos pelo Memorial da Resistência de São Paulo são essenciais para compreender a dimensão da repressão cometida pelo Deops/SP e para dar voz às vítimas do regime ditatorial. A partir de relatos como os de Maurice Politi, Elza Ferreira Lobo, Ivan Seixas e Rosemeire Nogueira, percebe-se a brutalidade das condições de encarceramento, a violência física e psicológica imposta aos detentos e as estratégias de solidariedade e resistência dentro das celas. Mais do que simples registros históricos, essas narrativas funcionam como instrumentos de preservação da memória e construção de uma consciência crítica sobre o passado.

Além disso, ao trazer essas histórias à tona, o Memorial reafirma a importância da memória coletiva na luta contra o esquecimento e o apagamento histórico. Como é destacado por Pollak (1989), a memória é seletiva e tanto quanto o esquecimento participa da construção da identidade, reforçando que a lembrança dos sobreviventes desses eventos não apenas resgata o passado, mas também influencia as lutas políticas do presente. Dessa forma, o Memorial da Resistência desempenha um papel crucial na construção de um espaço de memória sensível, garantindo que essas experiências sejam preservadas e transmitidas para as gerações futuras como forma de evitar a repetição dos erros do passado.

4 MUSEOLOGIA SOCIAL DENTRO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA

4.1 Museologia Social

Antes de analisar de que forma a museologia social se manifesta no Memorial de Resistência de São Paulo, faz-se necessário compreender o que caracteriza essa abordagem e como ela se diferencia das práticas museológicas tradicionais.

Assim, a museologia social ou sociomuseologia pode ser compreendida como uma corrente teórica e prática que emergiu a partir da segunda metade do século XX, especialmente após a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), quando profissionais de museus latino-americanos propuseram uma renovação do papel social dessas instituições. Conforme Chagas, Assunção e Glas (2014), essa perspectiva se afirma como herdeira direta daquelas declarações fundadoras — Santiago (1972) e Quebec (1984) — e se consolida como uma museologia com intenção de mudança social, política e econômica, a partir da mobilização social, por intermédio de um processo de conscientização vinculado à memória.

Diferentemente da museologia tradicional, que frequentemente centraliza o poder decisório em curadores e especialistas, mantendo uma relação hierárquica com o público, a museologia social propõe uma inversão dessa lógica. Como sintetiza a Declaração do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) Rio 2013, analisada por Chagas, Assunção e Glas (2014, p. 432), trata-se de quebrar hierarquias de poder, a fim de que surjam novos protagonistas de suas próprias memórias. As comunidades deixam de ser espectadores para se tornarem co-autoras das narrativas museológicas.

Enquanto a museologia tradicional tende a reproduzir discursos hegemônicos e memórias oficiais, privilegiando objetos de valor artístico ou histórico reconhecido pelas elites culturais, a museologia social se volta para as memórias e patrimônios de grupos historicamente marginalizados. Chagas, Assunção e Glas (2014, p. 433) são explícitos ao afirmar que a Museologia Social é uma práxis de combate às práticas preconceituosas, racistas, moralistas, autoritárias, aristocráticas, hierarquizantes, homofóbicas e xenofóbicas assumidas por determinados museus e orientações museológicas. Nessa perspectiva, os museus deixam de ser templos de objetos sagrados e passam a ser espaços vivos de debate, memória e ação política.

Os princípios fundamentais da museologia social incluem: a participação ativa

das comunidades nos processos decisórios; a valorização de narrativas plurais e contrahegemônicas; o compromisso com a transformação social; e a compreensão do museu como espaço de diálogo e reflexão crítica. Para Chagas, Assunção e Glas (2014, p.433), a Museologia Social consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu, independentemente de sua tipologia — o que significa que não se trata de uma categoria restrita a determinado tipo de instituição, mas de uma postura ética e política que qualquer museu pode e deve adotar.

4.2 Processo de desestruturamento do Memorial da Liberdade e transformação em Memorial da Resistência

Para compreender a transformação do Memorial da Liberdade em Memorial da Resistência de São Paulo, é necessário antes precisar dois conceitos centrais da prática museológica: a musealização e o plano museológico. A musealização consiste na aplicação de procedimentos técnicos e científicos da cadeia operatória museológica — pesquisa, salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativa e cultural) patrimoniais — que conferem ao espaço uma nova camada de significado (Neves, 2011, p. 42-43). É por meio desse processo que lugares de memória se tornam espaços de transformação social, uma vez que a informação pressupõe conhecimento, registro e memória. O plano museológico, por sua vez, é o documento de gestão que orienta estrategicamente a instituição, definindo o que ela é, o que deve ser e como chegar lá. Mais do que um protocolo burocrático, ele representa o resultado de reflexões coletivas sobre identidade e missão institucional.

A ausência de um plano museológico no processo que originou o Memorial da Liberdade é, precisamente, o nó central do problema que este capítulo analisa. Como visto no capítulo 2, a reforma do edifício da Estação Pinacoteca realizada naquele período privilegiou usos culturais genéricos em detrimento da preservação da memória política. O espaço foi transformado sem que os protagonistas daquela história — os ex-presos políticos e seus familiares — fossem consultados ou envolvidos. O resultado, como apontam Bruno, Carneiro e Aidar (2009, p. 40), foi um memorial que homenageava de forma muito tímida e surda os presos mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar, carente de identidade política, com as marcas históricas das celas "maquiadas" para manter as ideias fora de lugar.

Com isso, através da concepção do Projeto Museológico de Ocupação⁴, houve a reformulação do espaço do Memorial da Liberdade e a preservação da identidade política do prédio da atual Estação Pinacoteca. Nas palavras da museóloga Maria Cristina Bruno, da pesquisadora Maria Luiza Carneiro e da educadora Gabriela Aidar participantes da equipe responsável pelo projeto,

Através de processos museológicos e estratégias pedagógicas interativas nos dispomos a criar condições para informar o visitante e formar cidadãos conscientes do seu passado. Nada nos impede de reconhecer que cada vítima tem um valor absoluto se considerado o grau de injustiça cometido contra ela pelo Estado controlador de ideias e repressor de ações cotidianas (Bruno; Carneiro; Aidar, 2009, p. 41).

Portanto, entende-se que conhecendo as histórias da repressão política e da resistência no Brasil será instigado o diálogo para a produção de uma cultura mais tolerante e através da educação formal e informal, a sensibilização da população para algumas singularidades da nossa história política. “Não podemos deixar que a memória se apague. E se isso acontece, o todo se converte em Nada.” (Bruno; Carneiro; Aidar, 2009, p. 41).

Outro ponto importante é a atenção à existência de parcelas da sociedade interessadas em silenciar ou, então, distorcer os fatos. Dessa maneira, quando é feito o projeto museológico, é necessária atenção a esta produção intencional de silêncios, procurando compreender a razão do não-dito, já que nem sempre o silêncio é sinônimo de “implícito” ou de “não querer lembrar”. Nesse sentido, o “não-dizer” geralmente está ligado à história e à ideologia. Assim,

(...) certas ocorrências não devem ser interpretadas como meros acidentes de linguagem, e sim como um ato de intenção. E, para tanto, os nossos jovens têm que estar instrumentalizados (além de serem sensibilizados) para perceber os silêncios e as deturpações impostas pela História Oficial. Aqui está o desafio do Memorial da Liberdade: 'quebrar' a corrente do silêncio ajudando a lembrar, sempre (BRUNO; CARNEIRO; AIDAR, 2009, P.41).

Essa ausência de identidade política não foi acidental: ela refletia um contexto mais amplo de apagamento intencional, discutido no capítulo 1, em que silêncios são produzidos por escolhas políticas. Apenas quatro celas vazias sobreviveram com algumas características de sua estrutura original, “quase sem luz, ocultando seus

⁴ O Projeto foi apresentado em 10 de agosto de 2007.

antigos desígnios e deixando de mostrar o grotesco e a exclusão premeditada pelo Estado" (Bruno; Carneiro; Aida, 2009, p.42). Cada cela se tornara apenas um fragmento da memória, e não sua expressão plena. Nos andares superiores, desapareceram salas e mobiliário que serviriam às autoridades da ordem. Os arquivos da Polícia Política — testemunhos concretos dos atos de repressão e resistência — foram transferidos para o Arquivo Público do Estado de São Paulo, que desde 1994 tem sob sua guarda cerca de 69 anos da história política brasileira.

É nesse contexto de esvaziamento que se torna compreensível a urgência sentida pelos ex-presos e pelos grupos de defesa da memória histórica: sem um projeto museológico comprometido com a verdade, o espaço corria o risco de se tornar, definitivamente, um instrumento de despiste histórico em vez de reparação. A virada veio com a concepção do Projeto Museológico de Ocupação, apresentado em agosto de 2007, que colocaria a participação dos protagonistas da história no centro do processo — princípio fundamental, como veremos na seção 3.4, da museologia social.

Figura 6 – Trajetória do acervo: DEOPS/SP e Acervo DEOPS/SP (1924-1983)

DEOPS/SP (1924-1983)

Trajetória do acervo: DEOPS

1983 Após extinção do DEOPS/SP, o acervo fica sob a guarda da Polícia Federal.

1991 Documentos são entregues à Secretaria de Estado da Cultura.

1991-1994 Sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo, o acervo foi disponibilizado para consulta à Comissão de Familiares de Mortos e Presos Desaparecidos.

1994 O governo do Estado libera os documentos para consulta pública mediante a assinatura de um termo de responsabilidade, iniciativa única e democrática do estado de São Paulo.

Acervo DEOPS/SP (1924-1983)

Séries Documentais	Fichas remissivas [c.]	Pastas
Prontuários	182.000	150.000
Dossiês	1.100.000	9.626
Ordem Social	115.000	2.312
Ordem Política	120.000	1.582
Total	1.517.000	163.520

Fonte: Livro Memorial da Resistência de São Paulo, 2009

4.3 O Projeto Museológico de Ocupação

O projeto museológico para o Memorial da Resistência foi organizado a partir do *Conceito Gerador Museológico*, cujo eixo principal era evidenciar os vetores da memória a partir da musealização dos espaços de repressão e da resistência, como expressões do Estado Moderno. Os objetivos centrais do projeto eram difundir a importância da preservação dos vestígios da memória, a partir da pesquisa, salvaguarda e comunicação das fontes e indicadores desta herança patrimonial; e problematizar os distintos caminhos da memória da repressão e da resistência, enfatizando as estratégias de controle de um Estado Republicano tendo como referência a ação do DEOPS no estado de São Paulo. Para isso, o projeto organizou sua atuação a partir dos seguintes segmentos: memórias silenciadas, apagadas, destruídas e exiladas; as pesquisas sobre a construção da memória e a relação entre memória e herança patrimonial. Essas questões foram, desde o início, atualizadas para os dias atuais, recusando o tratamento do passado como algo encerrado em si mesmo (Bruno; Carneiro; Aidar, 2009, p. 41).

A estrutura e metodologia de trabalho para o Programa Museológico definiram as ações de salvaguarda e comunicação, a partir da articulação com frentes de pesquisa e desenvolvimento e da cooperação com projetos implementados pela Estação Pinacoteca. Elas são:

- **ações de pesquisa:** conexão em rede com fontes documentais e orais e com os estudos sobre o DEOPS/SP;
- **ações de salvaguarda:** implantação de centro de referência bibliográfica e de outros produtos de divulgação ligados ao escopo temático do Memorial; preservação e recuperação referencial dos espaços de memória da sede do DEOPS e dos vestígios patrimoniais correspondentes às ações de controle, repressão e resistência; realização de inventário de bens patrimoniais, relativos ao enfoque central do projeto, preservados em instituições de memória;
- **ações de comunicação:** manutenção de exposição de longa duração, apresentação sistemática de mostras temporárias com argumentos extraídos do roteiro temático de longa duração, realização de ações

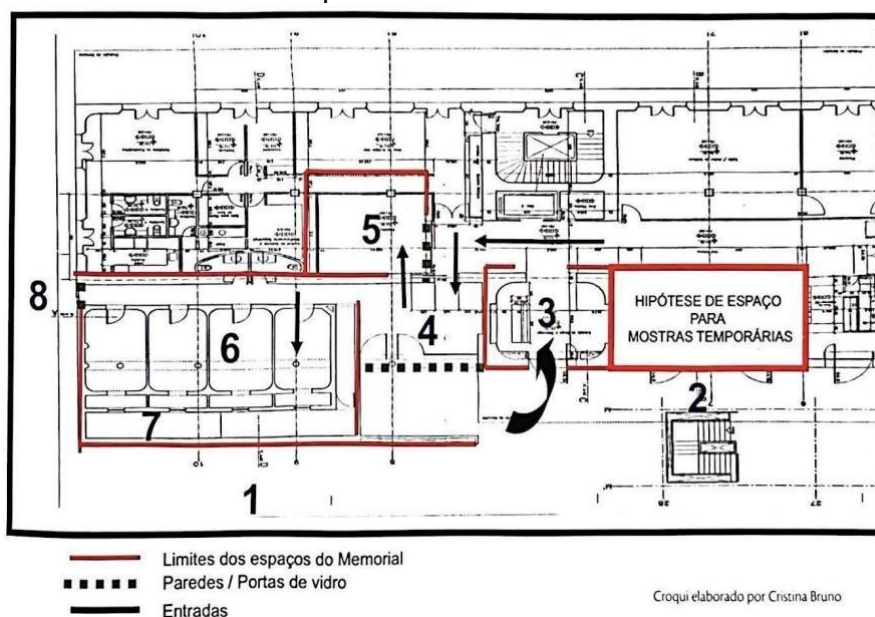
educativas, a partir da perspectiva da educação patrimonial e a implementação de projetos de difusão das pesquisas.

Seguindo, há **Os lugares de Memória**: do edifício a sede diáspora patrimonial no estado de São Paulo, que propõe a partir de roteiro expositivo que ocupa alguns espaços relativos à memória do DEOPS/SP, a sinalização para lugares representativos da memória da repressão e da resistência no estado de São Paulo. Também, pretende nomear outros lugares importantes para a construção de uma rede de informações que favoreçam a construção da memória coletiva e individual.

Após, vem **o Roteiro Expositivo de Longa Duração**, que foi elaborado com base em croquis produzidos pela museóloga Cristina Bruno, organizando o percurso do visitante em oito pontos:

1. Acesso ao Memorial e Acolhimento do Visitante;
2. Fachada de Identificação do Conceito Gerador do Memorial;
3. Áreas de Entrada ao Circuito Expositivo;
4. Dispersão para o Circuito Expositivo;
5. Centro de Referência Patrimonial;
6. Celas do Presídio: Diferentes Reconstituições;
7. Corredor para tomar sol: Linha do Tempo sobre a Repressão e Resistência;
8. Instalação Artística: Proposta de Rachel Rosalen.

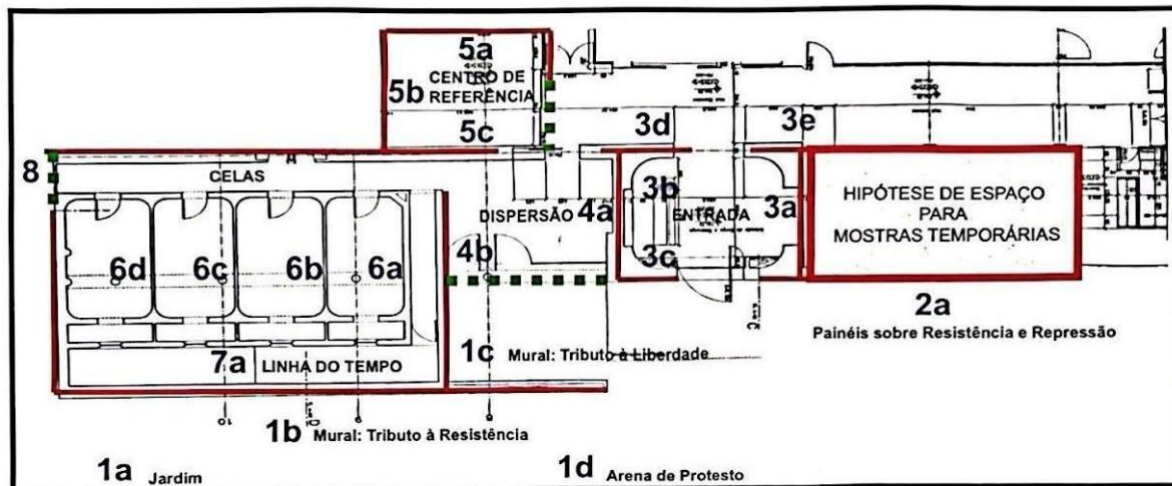
Figura 7 – Croqui do Roteiro Expositivo de Longa Duração, elaborado por Cristina Bruno.



Fonte: Livro Memorial da Resistência de São Paulo, 2009, p. 45

Figura 8 – Croqui do Roteiro de Longa Duração, elaborado por Cristina Bruno.

Croqui elaborado por Cristina Bruno



I Acesso ao Memorial e Acolhimento do Visitante
1a. Jardim
1b. Mural: Tributo à Liberdade
1c. Mural: Tributo à Resistência
1d. Arena de protesto

2 Fachada de Identificação do Conceito Gerador do Memorial
2a. Painéis evocando a repressão e a resistência

3 Áreas de Entrada ao Circuito Expositivo
3a. Painéis com as diferentes ocupações do edifício
3b. Painéis com a apresentação do Memorial
3c. Terminal para acessar os Lugares da Memória do Estado
3d. Identificação do visitante

4 Dispersão para o circuito expositivo
4a. Paineis com a iconografia sobre a repressão
4b. Vitrina com bibliografia sobre a repressão
5 Centro de Referência Patrimonial
5a. Paineis fotográficos referentes à sala do arquivo e o móvel correspondente
5b. Terminais para acessar informações documentais
5c. Escaninho para informações sobre a estrutura do DEOPS

6 Celas do Presídio: diferentes reconstituições
6a. Cella reconstituída segundo o uso do presídio
6b. Cella dedicada à repressão (sons e imagens)
6c. Cella dedicada à vivência na prisão (depoimentos)
6d. Cella dedicada à resistência (iconografia)

7 Acesso ao Memorial
7a. Linha do Tempo ilustrada com reproduções de documentos

8 Instalação Artística: Proposta de Rachel Rosalen

Fonte: Livro Memorial da Resistência de São Paulo, 2009, p. 46

A escolha de iniciar o percurso pelo acolhimento e pelo conceito gerador — e de reservar as celas para o centro da experiência — revela uma intenção pedagógica clara: preparar o visitante para o encontro com o espaço mais carregado de memória traumática, em vez de expô-lo a ele de imediato.

A proposta de Ação Educativa, desenvolvida pelo Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca, estabeleceu processos formativos para educadores do ensino fundamental e médio, produção de materiais de apoio pedagógico — com foco no Ensino Médio e na disciplina de História —, e mediação presencial por educadores especializados. A educação não foi tratada como complemento da exposição, mas como parte estrutural do projeto: a formação de cidadãos conscientes era, nas palavras da equipe, tão importante quanto informar o visitante sobre o passado (BRUNO; CARNEIRO; AIDAR, 2009, p.41).

Os pontos da Ação Educativa são:

- **Processos formativos para educadores:** encontros de formação para professores do ensino fundamental e médio e outros educadores para o uso qualificado dos conteúdos tratados pelas exposições em sua prática pedagógica;
- **Material educativo de apoio a educadores e público espontâneo:** produção de materiais de apoio à prática educativa em sala de aula acerca dos conteúdos tratados pela exposição de longa duração, com foco no Ensino Médio e na disciplina de História, com propostas interdisciplinares com as demais disciplinas. Este material será elaborado em consonância com as propostas museológicas. Produção de guia de auto visita para a exposição de longa duração, voltado ao público espontâneo;
- **Mediação presencial à exposição de longa duração:** ação realizada por educadores selecionados e formados para oferecer visitas educativas a grupos na exposição;

Por fim, a categoria Ação Cultural, estruturada em cinco frentes: seminários temáticos com especialistas nacionais e estrangeiros voltados ao debate crítico sobre o passado recente; testemunhos e diálogos, programa mensal de registro de depoimentos de ex-presos políticos e de familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar, com o objetivo de reconstituir a memória política brasileira através da técnica da História Oral; lançamento de livros sobre a violação dos direitos humanos e direito à memória; festivais de cinema político; e exposições

temporárias baseadas no vasto acervo do Fundo DEOPS. Essa diversidade de ações culturais evidencia que o Memorial foi concebido não apenas como espaço de preservação, mas como centro vivo de produção e circulação de conhecimento sobre a memória política brasileira.

Dessa maneira, a partir do projeto houve a implementação do programa museológico, e a abertura do Memorial da Resistência de São Paulo em 24 de janeiro de 2009, possibilitando um novo diálogo com o público. Os processos museológicos aos quais o edifício foi submetido enriqueceram e problematizaram as premissas já existentes, no Memorial da Liberdade, gerando discussões, reflexões e de uma forma de reparo (Bruno; Carneiro; Aida, 2009, p. 41). Além disso, a partir das linhas de ações da musealização, ocorreu a reversibilidade dos abandonos patrimoniais, encontrando sustentação em 3 pontos:

- a importância da articulação entre as variáveis institucionais que sustentam a dinâmica de um trabalho museológico;
- a necessidade de delimitações (seleções, enquadramentos, opções) quando operamos a construção de um processo de musealização;
- a proposição de um novo destino educacional quando os lugares de memória se transformam em memoriais.

É importante destacar que esse processo contou, desde o início, com o engajamento da Secretaria de Estado da Cultura e da Pinacoteca do Estado, com uma equipe profissional diversificada e, principalmente, com a participação de representantes do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. Essa participação não foi periférica ou meramente consultiva: ela foi estrutural. Como sintetiza Neves (2011, p. 59), envolver os ex-presos políticos no processo de implantação significou não apenas desvelar sua importância para a conquista da democracia, mas reconhecer essa participação como necessária para o aprimoramento democrático na atualidade.

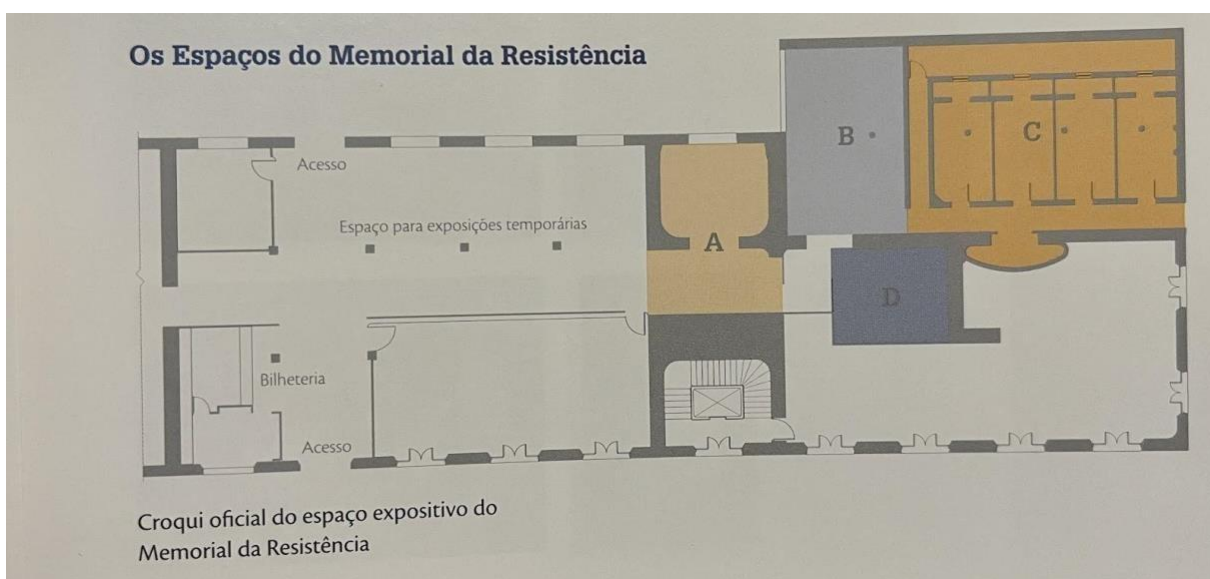
A autoria compartilhada do projeto se consolidou no período anterior à inauguração, abrangendo todas as etapas da configuração expográfica e de muitas ações educativas e culturais. Os ex-presos trabalharam como parceiros da equipe do Memorial em diferentes frentes: colaboraram com a resolução dos desafios dos recursos expográficos, participaram da realização das atividades culturais e do atendimento em visitas educativas. Esse equilíbrio entre informação e emoção — possibilitado pela convivência direta entre a equipe técnica e os

protagonistas da história — resultou em escolhas expográficas que não teriam sido possíveis sem essa dimensão participativa (Neves, 2011, p. 59-60).

A exposição de longa duração foi organizada em quatro módulos temáticos: Módulo A — O edifício e suas memórias; Módulo B — Controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória; Módulo C — A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP; e Módulo D — Da Carceragem ao Centro de Referência. Essa estrutura temática propõe um percurso que vai do edifício e seu contexto histórico às memórias mais íntimas e corporais do cotidiano carcerário, chegando finalmente a um espaço de pesquisa e aprofundamento. Cada etapa do percurso é também uma etapa de aproximação afetiva e intelectual do visitante com a história que ali é narrada. Assim, a proposta sobre a orientação do roteiro baseou-se em:

- uma área de acolhimento ao visitante e explanação das características do edifício e da institucionalização do DEOPS;
- um espaço para inflexão sobre a inserção do controle, da repressão e da resistência nos meandros da trajetória histórica do Brasil;
- um percurso pelas celas a partir de distintos enfoques temáticos; e, ao final,
- uma sala dedicada à pesquisa do público sobre arquivos relativos a esses contextos temáticos e sobre outras instituições congêneres.

Figura 9 – Os Espaços do Memorial da Resistência, Croqui oficial do espaço expositivo



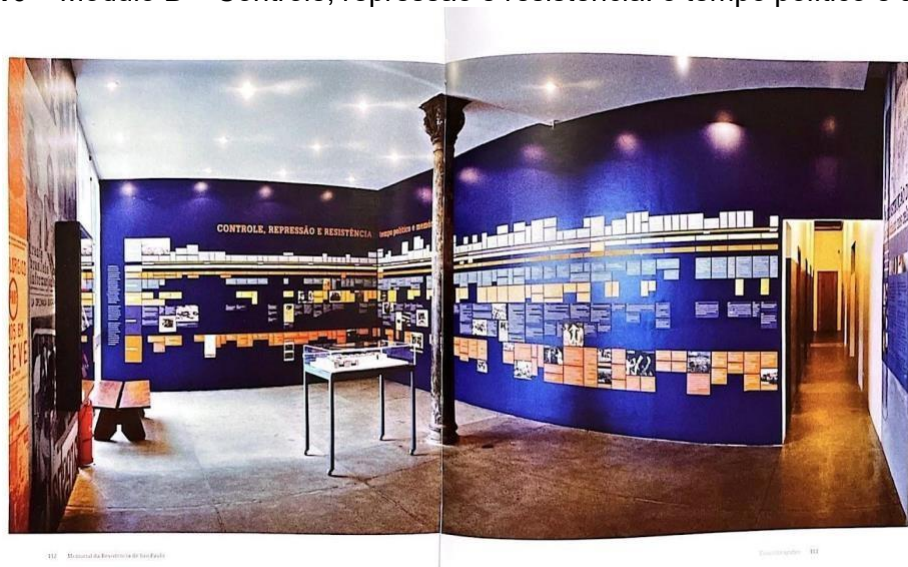
Fonte: Livro Memorial da Resistência de São Paulo, 2009, p.74

No **Módulo A – O edifício e suas memórias**, é exposto as memórias inscritas nesse edifício e apresenta a proposta do Memorial a partir de um texto de boas-vindas ao visitante.

O **Módulo B – Controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória** possui uma linha do tempo aproxima, na escala cronológica, acontecimentos resultantes dos conflitos políticos ocorridos ao longo dos dois últimos séculos, de singular importância para a trajetória da sociedade brasileira, oferecendo ao visitante um contexto histórico atualizado. Além da linha do tempo, o módulo conta com uma maquete, recurso multimídia e uma vitrina com publicações de variados estilos, evidenciando que esses temas têm sido tratados por diferentes campos de conhecimento — o que reforça o caráter transdisciplinar da abordagem do Memorial. Ainda, neste módulo, o circuito expositivo do Memorial reitera essa abordagem mediante o texto do painel que encerra este espaço e, ao mesmo tempo, introduz o 'território' das celas.

A primeira cela apresenta os trabalhos do processo de implantação do Memorial da Resistência. A segunda cela presta uma homenagem aos milhares de presos, desaparecidos e mortos em decorrência de ações do DEOPS/SP. Na terceira é apresentada uma reconstituição, segundo lembranças de ex-presos políticos. Finalmente, a quarta cela oferece uma leitura da solidariedade entre os que estiveram encarcerados neste local, cujas ações de resistência colaboraram para sua sobrevivência diária (Bruno; Carneiro; Aidar, 2009, p. 82).

Figura 10 – Módulo B – Controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória.



Fonte: Livro Memorial da Resistência de São Paulo, 2009

Assim, o circuito expositivo se dirige ao **Módulo C - A construção da memória: o cotidiano das celas do DEOPS/SP**, o segmento mais importante e estruturador da exposição de longa duração. Isso porque, é nele que estão as celas do DEOPS/SP, e é ali que a construção da memória sobre a resistência às agruras dos períodos ditatoriais se torna mais tangível: construída dia a dia, de personagem a personagem, de tortura a tortura, mas também com manifestações de solidariedade e crença na humanidade (Bruno; Carneiro; Aidar, 2009). As quatro celas foram organizadas com abordagens distintas e complementares.

A **primeira cela**, partilha com o público visitante a trajetória vivenciada da equipe expográfica do Memorial, expondo um texto sobre os momentos do processo de trabalho, sua dinâmica institucional, bem como as atividades até então realizadas. Outro texto busca recordar os dilemas dos processos prevencionistas e um conjunto de fotos mostra os caminhos que antecederam a preparação da exposição. Por fim, completando a cela encontram-se uma seleção de frases extraídas dos testemunhos prestados pelos ex-presos políticos — colocando lado a lado o processo de construção do memorial e as vozes dos seus protagonistas. A segunda cela é constituída em torno de uma projeção multimídia que presta tributo aos presos, desaparecidos e mortos: entre os selecionados estão Devanir de Carvalho, Eduardo Leite, Olavo Hansen e Luiz Hirata, nomes que representam os milhares de cidadãos que perderam a vida em contextos de resistência à ditadura civil-militar.

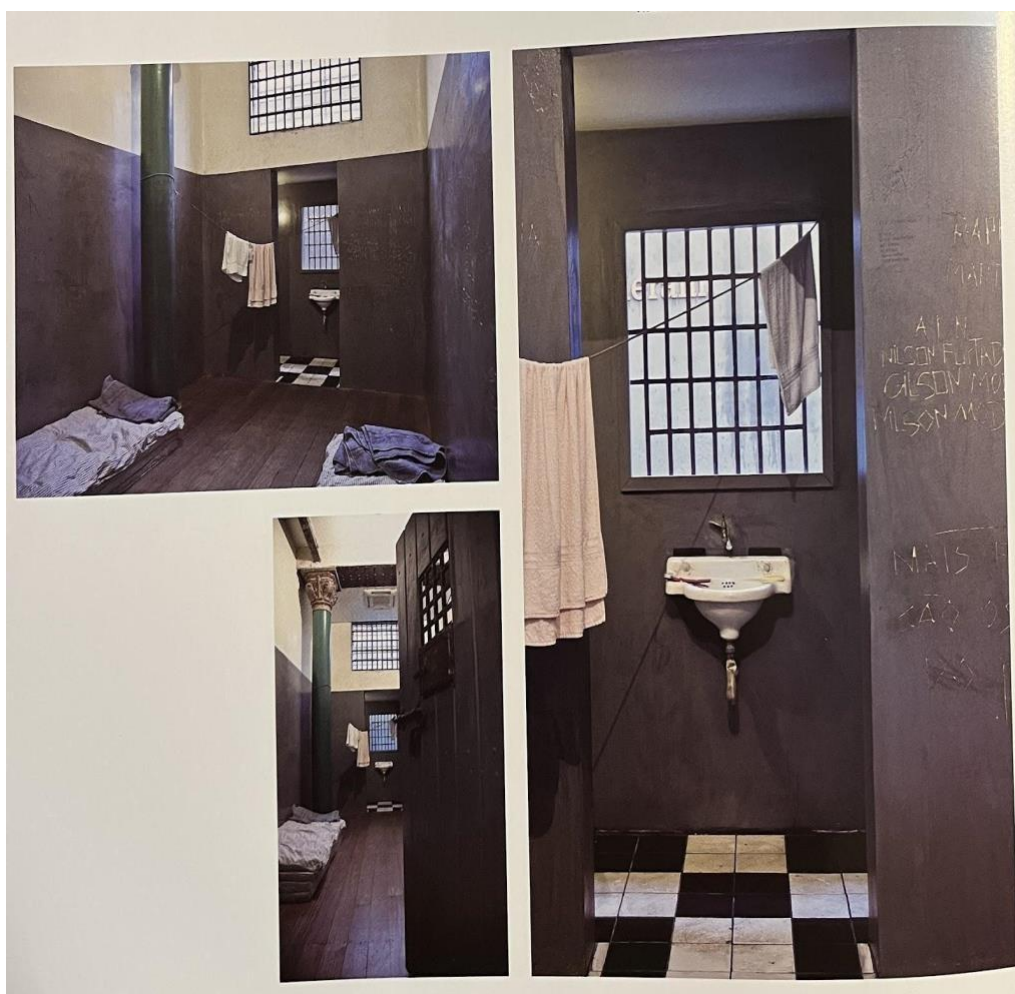
Figura 11 – Módulo C - A construção da memória: o cotidiano das celas do DEOPS/SP



Fonte: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo e Pablo di Giulio

A **segunda cela**, é exposta a relevância de chamar atenção para o quanto os problemas que envolvem os mortos e desaparecidos durante os períodos ditatoriais ainda são questões do presente. Questões sobre as quais nós temos de intervir, uma vez que nos cabe algum nível de responsabilidade — mesmo que seja pelo alerta, sob o ponto de vista preservacionista, que insere essa problemática nas abordagens do Memorial. A cela é composta em torno de uma projeção multimídia, que busca prestar um tributo aos presos, desaparecidos e mortos, e a todos os que lutaram e que lutam a favor da democracia e dos direitos humanos. Entre muitas opções, foram selecionados os nomes de quatro cidadãos brasileiros que perderam a vida em diferentes contextos de resistência à ditadura civil-militar. São eles: Devanir de Carvalho, Eduardo Leite, Olavo Hansen e Luiz Hirata.

Figura 12 – Terceira cela - Acervo Memorial da Resistência de São Paulo



Fonte: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo e Pablo di Giulio

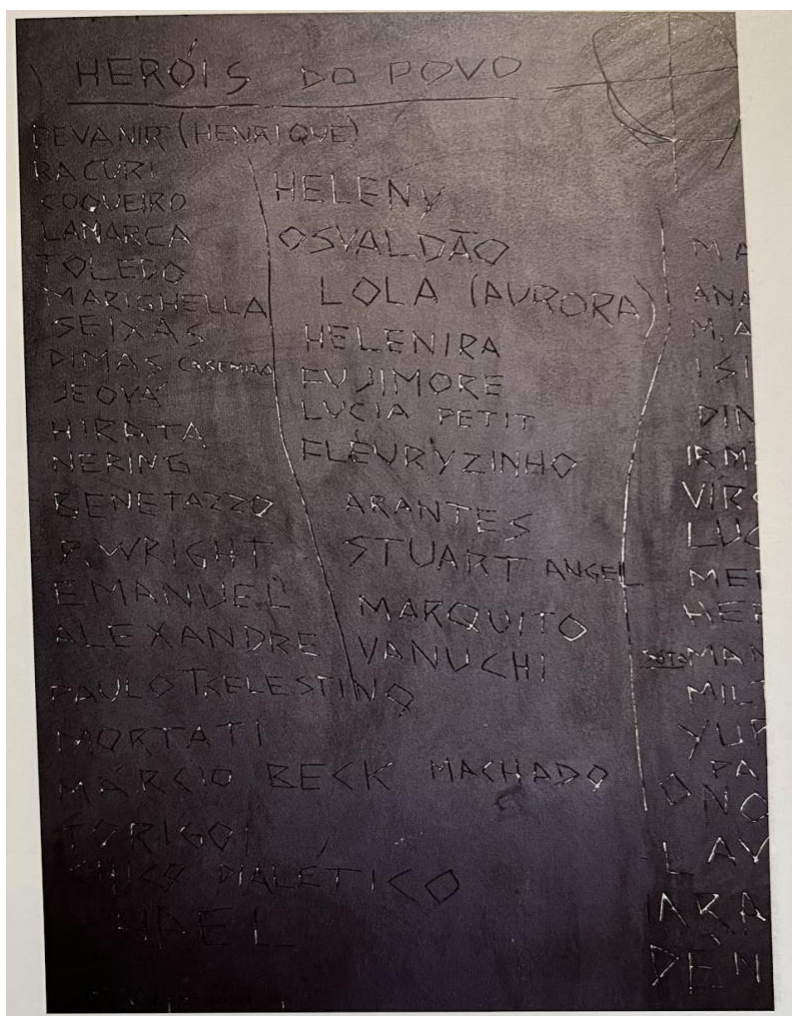
A terceira cela reconstitui, baseado na interligação de memórias individuais, o espaço de vivência que durou dias para alguns e meses para outros. Vale dizer que o que ajudou na concepção desse espaço prisional, foram as diferentes perspectivas das lembranças sobre as características desse ambiente. Todas tinham detalhes e pormenores diferenciados. Como dito anteriormente no capítulo 2, tópico 1.2, com a primeira restauração enquanto Memorial da Liberdade, as inscrições feitas nas paredes, que também eram batizadas com nomes de ex-presos, foram apagadas. A solução encontrada para reconstituir essa memória foi o convite a um grupo de ex-presos políticos para realizar a intervenção expográfica, recompondo aquilo que tinham ou viram escrito nas paredes, ou qualquer outra lembrança que viesse com a ação. Dessa forma, este foi um exercício de memorização individual e coletiva que reforçou a percepção sobre as bases que sustentaram as ações de resistência política, mesmo que encarcerada. Além disso, esse exercício é um exemplo preciso do que a museologia social propõe: não apenas representar a memória dos afetados, mas produzir o espaço junto com eles.

Figura 13 – Ex-presos realizam inscrições para reconstituição da Cela 3, jan. 2009.



Fonte: Acervo do Memorial da Resistência de São Paulo

Figura 14 – Terceira cela, inscrições na parede - Acervo Memorial da Resistência de São Paulo



Fonte: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo e Pablo di Giulio

A **quarta e última cela** evoca os valores que foram preservados, apesar das provações. Relatos gravados ao longo dos testemunhos prestados pelos ex-presos, foram editados e disponibilizados na forma de áudio disponibilizados em fones de ouvido para os visitantes escutarem e no centro da cela um cravo vermelho, que celebra e sintetiza os singelos gestos de solidariedade conhecidos pelos relatos do cotidiano carcerário — linha tênue entre os horrores da repressão e da tortura e as manifestações de afeto entre aqueles privados de seus direitos básicos de sobrevivência e cidadania. Ao sair da cela, o visitante encontra uma plotagem que

remete à missa celebrada pelos dominicanos naquele espaço, marco espiritual para os que compartilharam aquele momento.

A sequência das celas, com diferentes abordagens, se prolonga ao longo do corredor interno e faz um contraponto a um nicho inserido ao meio desse caminho, com a apresentação dos ecos do exterior à prisão. Por fim, o espaço carcerário ainda conta com o corredor de tomar sol, que o visitante pode percorrer.

Figura 15 – Quarta cela - Acervo Memorial da Resistência de São Paulo



Fonte: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo e Pablo di Giulio

O último segmento da exposição de longa duração do Memorial é o **Módulo D: Da Carceragem ao Centro de Referência**, que demonstra a transformação da antiga sala de carceragem em um espaço para consultas em bases de dados e ampliação do conhecimento sobre as questões que envolvem os regimes ditatoriais. No centro desse espaço há uma vitrina com objetos cedidos pelo Arquivo Público de São Paulo e que fazem parte do Fundo DEOPS/SP, e reproduções fotográficas que mostram o luxo dos escritórios e outras dependências deste órgão de controle e repressão. Este espaço oferece possibilidades de aprofundamento temático, por meio da consulta a bancos de dados de fontes primárias e bibliográficas.

A escolha de encerrar o percurso com um espaço de pesquisa e reflexão — em vez de uma saída imediata — é significativa: o Memorial não pretende apenas

emocionar, mas provocar pensamento. O discurso expositivo estabelecido estruturou, assim, as bases para um novo destino ao conjunto prisional, conectando a indignação sobre o que ocorreu no DEOPS/SP e a esperança transmitida pelos testemunhos daqueles que foram aprisionados.

4.4 A Pós-Inauguração do Memorial da Resistência de São Paulo

O primeiro ano de atuação do Memorial foi dedicado a transformar as propostas conceituais e linhas de ação do plano museológico em realidade cotidiana. Mesmo com a expressividade do lugar de memória e o potencial comunicativo da exposição de longa duração, é pelo desenvolvimento contínuo das diversas linhas de ação que se torna possível a disseminação do conhecimento, a reflexão e o debate (Araújo; Bruno; Neves; Meneses, 2009, p.141).

Na *Ação Educativa*, constatou-se que o desenvolvimento de projetos educativos é um processo permanente em construção, fundamentado no conceito de educação como processo de reflexão constante das práticas cotidianas. Além disso, a experiência de visitas educativas mediadas revelou lacunas significativas no ensino de História Republicana do Brasil, especialmente em relação à ditadura civil-militar — lacunas que dificultam o trabalho educativo do Memorial ao tentar despertar questões e apresentar novos pontos de vista. Essa constatação é em si mesma um dado importante: ela evidencia o quanto o Memorial precisa fazer o trabalho que o ensino formal não faz, assumindo uma função de educação histórica que vai além da simples transmissão de informações.

Outro dado revelador foi o impacto da presença dos ex-presos políticos nas visitas educativas. A combinação entre a mediação realizada por um educador no espaço expositivo e o testemunho de vivência e militância pelos ex-presos resultou na personificação da história política do Brasil — tornando-a mais tangível, especialmente para os jovens visitantes (Araújo; Bruno; Neves; Meneses, 2009, p.141). Essa personificação é um dos mecanismos mais potentes da museologia social: ela transforma o passado de dado abstrato em experiência compartilhada, aproximando gerações que não viveram aquela história das vozes de quem a protagonizou.

Sob a orientação e o apoio do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado, foram construídos e desenvolvidos dinâmicas, materiais de apoio, rodas de

conversa e discussões focadas em “Direitos Humanos”, “Resistência Política” e “Permanência da ditadura civil-militar” trabalhados nas visitas com grupos escolares, grupos da terceira idade, entre outros — demonstrando um compromisso com a diversidade de públicos que é coerente com os princípios de inclusão da museologia social.

As *Atividades Culturais*, incluem seminários acadêmicos e temáticos, apresentações de teatro, mostra de filmes, lançamentos de livros, debates e exposições temporárias, contando com a parceria entre diversas instituições – museológicas, acadêmicas, culturais e governamentais. Entre as exposições temporárias merecem destaque:

- **"Círculo Fechado: os japoneses sob o olhar vigilante do DEOPS/SP"**: aborda a trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil sob o viés da história da repressão e da resistência, oferecendo outra dimensão sobre o tratamento dispensado pelo Estado brasileiro aos estrangeiros radicados no Brasil;
- **"A Luta pela Anistia: 1964 - ?"**: inaugurada a 8 de agosto, em comemoração aos trinta anos da promulgação da Lei de Anistia (28 de agosto de 1979), apresentou a luta pela anistia política com base em uma retrospectiva que abrangeu desde o Golpe de 1964 até os problemas referentes à transição democrática, vivenciados na atualidade;
- **"Marighella"**: rememorou os quarenta anos do assassinato de Carlos Marighella, por meio de cartas, textos do próprio Marughella e testemunhos de pessoas que o conheceram.

Cada uma dessas exposições amplia o escopo do Memorial para além da experiência do DEOPS/SP, conectando-a a dimensões mais amplas da história política e social brasileira.

No âmbito da acessibilidade e da democratização do acesso à informação do Memorial, são observados três programas específicos. O primeiro é o *Centro de Referência*, amplo espaço de conhecimento disponível para estudantes e cidadãos em geral, com cerca de 900 livros, 600 imagens, 160 entrevistas do programa Coleta Regular de Testemunhos, e 190 Lugares de Memória, além de documentos, revistas e catálogos, entre outros (Memorial Da Resistência De São Paulo, 2025). Além disso, o acervo conta com ferramentas de acessibilidade tais como janelas de Libras,

legendas em português, inglês e espanhol para parte das Coletas de Testemunhos, texto alternativo com descrições das imagens de parte da iconografia dos Lugares da Memória e livro em Braille. A disponibilização virtual de parte desse acervo é fundamental para a democratização da informação no âmbito nacional e internacional, alcançando aqueles sem acesso presencial ao Memorial.

O segundo programa, a *Coleta Regular de Testemunhos*, visa ampliar o conhecimento da história do DEOPS/SP com base no registro de testemunhos de expressos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, e outros cidadãos que trabalharam nesta instituição ou que por dever do ofício a frequentaram. Essas memórias permitem mostrar outra dimensão dos acontecimentos — desconhecida de grande parte da população — e contribui para que os visitantes reflitam criticamente (Araújo; Bruno; Neves; Meneses, 2009, p. 159). As informações alimentam um banco de dados que permita a renovação constante da exposição de longa duração do Memorial da Resistência e fornece subsídios para mostras temporárias, maquete virtual e materiais audiovisuais. Do total do espaço expositivo, o áudio com testemunhos na última cela foi espontaneamente mencionado por 48,71% dos visitantes nas filipetas de avaliação — dado que revela a centralidade dos testemunhos na experiência do Memorial.

O último e terceiro programa é o *Lugar de Memória*. Visa expandir o alcance preservacionista do Memorial da Resistência com base na musealização dos espaços da memória da resistência e da repressão localizados no estado de São Paulo. O Brasil foi marcado ao longo do século XX por ações de controle e repressão mesmo em períodos democráticos, e esses acontecimentos deixaram marcas em locais específicos — presídios, hospícios, campos de aprisionamento, praças e tantos outros espaços que poucas pessoas conhecem (idem, p.163). O reconhecimento desses lugares é entendido como instrumento de educação para a cidadania, mas o programa enfatiza que a simples sinalização não basta: é necessário tratar esses lugares sob uma perspectiva museológica, ou seja, por intermédio de pesquisa, salvaguarda e comunicação patrimoniais.

Além dos programas de acessibilidade, cabe ainda falar sobre os métodos de avaliação implementados para averiguar até que ponto os recursos estão sendo eficientes, ou mesmo, qual o nível de informação que o público leva da exposição. São eles:

- **Filipetas:** pequenos questionários individuais que reúne questões básicas, objetivas e subjetivas. É realizado sistematicamente e tem como objetivo identificar características gerais do público como gênero, idade e grau de escolaridade; segundo, saber qual motivo o levou ao Memorial - de ordem acadêmica ou a busca de lazer; e saber sua opinião sobre o espaço, o que mais chamou sua atenção.

As filipetas são colocadas em dois pontos estratégicos do Memorial, na bancada do Centro de Referência — o último espaço do roteiro expositivo — e junto ao livro de visitas, na saída. Dessa maneira, essas informações possibilitam não somente traçar o perfil do público e identificar os segmentos que não estão visitando o Memorial, mas também conhecer em que medida a expografia está sendo eficiente.

Figura 16 – Filipeta para os visitantes disponibilizada na saída do Memorial da Resistência

Por que veio ao Memorial da Resistência? Trabalho estudar

O que mais chamou sua atenção na exposição? Quando você entra na exposição, você mergulha em um tempo que tem que ver aos poucos vai saindo no momento.

Por favor, deixe seus comentários: Aderi saber da luta de tanta gente, mas tantos restos que nem imaginava, estavam na luta por esta liberdade que vivemos hoje.

Para receber nossa programação, deixe o seu contato.

E-mail: _____

Fonte: Livro Memorial da Resistência, 2009, p.167

- **Livro de Visitas:** considerado o mais efetivo indicador de opinião, o livro de visitas contém registros deixados pelos visitantes. De forma livre, o visitante pode escrever como e quanto quiser. Geralmente são escritas impressões sobre a vivência no espaço do Memorial, palavras de ordem, reivindicações, mensagens àqueles que ali estiveram encarcerados, além de parabenizar a iniciativa da criação do espaço memorial. Alguns deixam apenas palavras emotivas e outros são mais prolixos, opinando sobre diversos aspectos. Raramente são escritos

disparates. Está localizado em uma bancada na saída da exposição, tendo acima dela, como única sinalização, um pequeno texto que informa ao visitante que o registro de sua visita e opinião são importantes para o Memorial. Não há nenhuma outra fórmula de estímulo ao livro além dessa.

Assim, diferente das filipetas, as impressões contidas no livro se relacionam à percepção da importância de espaços como esse para a preservação da memória e para que regimes ditatoriais não voltem mais a acontecer.

Nos seis primeiros meses, 5.987 pessoas assinaram o livro de visitas. O número de comentários críticos foi pequeno (59), e parte deles apontava para a percepção de que o espaço havia sido reformado anteriormente, não comunicando com suficiente clareza a brutalidade do que ali ocorreu. Comentários como "para quem não conhece a história, dá-nos a impressão que a ditadura foi branda" e "O Memorial é um sussurro... Deveria ser um GRITO!!!" indicam uma tensão permanente entre as possibilidades e os limites de um espaço que já havia sido modificado antes da musealização participativa (Araújo; Bruno; Neves; Meneses, 2009, p. 168).

Esses dados de avaliação, longe de apontar apenas limitações, revelam a vitalidade e a honestidade do projeto museológico: ao abrir espaço para críticas, o Memorial se coloca como instituição em construção permanente, cujas ações são orientadas pelas vozes dos próprios visitantes. Assim, os métodos de avaliação transformam o público em colaborador do projeto — um princípio que, como veremos na seção seguinte, está na base da museologia social.

4.5 Museologia social como ferramenta de análise

A análise da trajetória do Memorial da Resistência de São Paulo ao longo deste capítulo evidencia algo que vai além da descrição de um projeto museológico bem-sucedido. Demonstra como a museologia social operou, concretamente, na transformação de um espaço de memória esvaziado em um lugar vivo de construção coletiva de narrativas históricas. Para compreender essa afirmação, é preciso antes lembrar o que se entende por museologia social e de que forma seus princípios foram aplicados no caso em análise.

A museologia social emerge, no cenário brasileiro e latino-americano, como uma crítica às práticas museológicas tradicionais que tratavam os museus como

espaços de contemplação passiva, voltados à preservação de acervos e à transmissão de narrativas hegemônicas para um público genérico. Em contraposição a esse modelo, a museologia social propõe que o museu sirva à sociedade e ao seu desenvolvimento, priorizando a participação ativa das comunidades na construção e gestão dos espaços museais. Seus fundamentos remontam à Declaração de Santiago do Chile (1972) e se consolidam nas reflexões do movimento da Nova Museologia, que influenciou fortemente o pensamento museológico brasileiro a partir das décadas de 1980 e 1990.

Dessa maneira na perspectiva da museologia social, os grupos historicamente marginalizados deixam de ser objetos de representação — sujeitos sobre os quais outros contam histórias — para se tornarem sujeitos ativos do processo museológico. Sendo aqueles que definem o que deve ser preservado, como deve ser narrado e para quem. Essa inversão é politicamente significativa, já que reconhece que a produção de memória é um ato de poder, e que democratizar esse ato exige mais do que abrir as portas dos museus ao público geral. Exige transformar as relações de produção do conhecimento dentro das instituições de memória.

No caso do Memorial da Resistência de São Paulo, a museologia social foi o método que tornou possível a própria existência do Memorial tal como o conhecemos. O ponto de partida para isso foi a atuação do “Núcleo de Preservação da Memória Política do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos”, que emergiu no Estado de São Paulo e pressionou pelo fim do apagamento promovido pelo Memorial da Liberdade. Exigindo a criação de um espaço que contasse propriamente a história das lutas contra a ditadura civil-militar. Como registram Politi e Seixas (2009, p.199), ex-presos políticos participantes na formação do Memorial, a necessidade era de romper com o medo e encarar o passado por meio da construção de um espaço que simplesmente contasse esse trecho da história.

5 O CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O APAGAMENTO DA MEMÓRIA

Nessa sentido, para compreender a relevância da aplicação da museologia social no Memorial da Resistência, é fundamental contextualizar o cenário político e social em que essa transformação ocorreu. No Brasil, a fase de transição para a democracia foi marcada por diversos acordos não escritos e não explicitados que

visavam deixar de lado a cobrança dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar e, conseqüentemente, a responsabilização dos participantes da repressão. Essa dinâmica criou uma cultura de silenciamento e esquecimento institucionalizado.

A Lei de Anistia de 1979, apesar de ter possibilitado o retorno de exilados e a libertação de presos políticos, estabeleceu um pacto de impunidade ao anistiar também os agentes da repressão responsáveis por torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados. Brito e Julião (2023) apontam que essa lei funcionou como um mecanismo de manipulação da memória, de esquecimento e silêncio institucionalizado. Esse modelo de transição, frequentemente chamado de transição pactuada ou transição pelo alto, priorizou a estabilidade política em detrimento da justiça e da verdade histórica.

Assim, é possível dizer que existia uma intenção deliberada de apagamento e esquecimento das memórias individuais e coletivas do período ditatorial. Brito e Julião (2023, p. 7) destacam que os estudos sobre as memórias traumáticas da ditadura brasileira alcançaram maior relevo a partir de meados da década de 1990, quando o tema ganhou notoriedade pública com a descoberta da Vala Clandestina de Perus, em São Paulo, onde foram identificados desaparecidos políticos. A partir desse momento, o Brasil estabeleceu diversas políticas públicas em atendimento à agenda de memória e verdade, com destaque para a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995), a Comissão da Anistia (2002) e a Comissão Nacional da Verdade (2014).

5.1 A reforma do Memorial da Liberdade: um caso de apagamento patrimonial, resistência das memórias e recomposição do espaço

Conforme visto, é notável que a reforma promovida pelos governantes no edifício que daria origem ao Memorial da Liberdade ilustra perfeitamente essa política de esquecimento. Quatro celas solitárias desapareceram juntamente com duas celas coletivas e a carceragem do prédio do DEOPS/SP. O intuito declarado era construir algo mais palatável e polido, mas o resultado foi um espaço sem significado histórico genuíno, uma versão higienizada e esteticamente agradável que apagava os vestígios da violência ali perpetuada (Politi; Seixas, 2009).

A mudança mais emblemática do apagamento foi o desaparecimento das inscrições feitas pelos presos nas paredes e portas ao longo de toda a história do

local. Essas inscrições foram raspadas e as paredes repintadas, extinguindo qualquer resquício material da presença daqueles que ali sofreram. Do ponto de vista da preservação patrimonial e da museologia, essa ação representa uma violência simbólica significativa. Isso porque, as inscrições eram documentos históricos únicos, testemunhos materiais da experiência vivida, registros de resistência e humanidade em meio ao horror.

Essas inscrições documentavam não apenas nomes e datas, mas manifestações de luta, campanhas políticas, homenagens a companheiros mortos, palavras de ordem e mensagens de esperança. Com a realização da reforma de maneira arbitrária, contribuiu-se para o apagamento e esquecimento dessas manifestações em diversas fases da história do país. Perderam-se evidências materiais insubstituíveis do que ocorreu naquele espaço.

A sua nova aparência e a ausência das características carcerárias impedia a identificação do que havia ocorrido ali e de como era a rotina vivida por presos e repressores. Essa memória social sofreu uma tentativa de extinção através da perda de tudo aquilo que foi vivido e das identidades dos protagonistas dessa história. Afinal, como observa Castro (2002, p. 41), o apagamento das lembranças reflete uma pilhagem de memória social, um roubo sem retorno. Se não há lembrança material, torna-se mais fácil negar, minimizar ou distorcer o que aconteceu. Não há o que esquecer.

O batismo do espaço de: *Memorial da Liberdade*, completou essa operação de despiste histórico. O nome sugeria uma celebração da liberdade conquistada, quando na verdade ali havia tudo menos liberdade — havia tortura, morte, desaparecimento e terror —. O nome funcionava como eufemismo que favorecia os perpetradores da violência ao suavizar a brutalidade do que ocorreu naquele local.

Porém, como é observado por Castro (2002, p.112), mesmo quando a memória coletiva sofre alterações de conteúdo e fragmentações, a dinâmica social com força avassaladora recompõe os espaços simbólicos que melhor possam expressar sua mobilidade e sua inquietação. As perdas individuais e desintegrações sociais forçam uma recomposição na utilização das instituições em face das novas demandas.

Foi exatamente isso que ocorreu com o Memorial da Liberdade. Várias entidades de luta pelos Direitos Humanos e de atingidos pela repressão política mobilizaram-se para exigir que o primeiro passo para uma genuína preservação

histórica seria a mudança do nome para algo mais próximo da verdade. O nome mais adequado era Memorial da Resistência, uma vez que as pessoas presas ali sofreram todo tipo de humilhações e torturas, mas resistiram a tudo em nome da dignidade humana (Politi; Seixas, 2009, p. 201).

Os movimentos de defesa queriam o respeito à verdade a partir da denominação do memorial. Consideravam que esse seria o primeiro passo na reconquista da memória histórica de um dos mais simbólicos e cruéis espaços de repressão em São Paulo. Conforme destacam Brito e Julião (2023, p.14), o Memorial da Resistência de São Paulo constitui a primeira musealização in situ sobre a ditadura civil-militar no Brasil, instalada no prédio onde, entre 1940 e 1983, funcionou a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo — um marco pioneiro nesse campo no país.

Assim, torna-se possível dizer que um dos aspectos da museologia social aplicada no Memorial é o tratamento das memórias subterrâneas, conceito desenvolvido por Pollak (1989) e discutido no capítulo 1. O Memorial da Liberdade operou, ainda que talvez não intencionalmente, como um mecanismo de continuação do silenciamento: ao "maquiar" o espaço e apagar as marcas da violência, reproduziu a lógica da memória impedida que caracterizou a transição democrática brasileira. O Memorial da Resistência, ao contrário, posicionou-se deliberadamente como um espaço de emergência dessas memórias subterrâneas — o lugar onde as narrativas silenciadas puderam finalmente transitar do "não-dito" à contestação e à reivindicação pública.

O norte para realização do Memorial da Resistência era básico: *Não é o espaço que produz a memória, é a memória que produz o espaço*. A partir desse princípio, a exigência foi formada com clareza e essa intervenção é precisamente o que distingue uma abordagem de museologia social de uma intervenção convencional. No Memorial da Liberdade, o espaço foi reformado primeiro — e a memória foi adaptada ao resultado físico, ou simplesmente apagada. Já no Memorial da Resistência, o processo foi o inverso: as memórias dos ex-presos, suas lembranças corporais e afetivas do cotidiano carcerário, guiaram as escolhas expográficas. O espaço físico foi reorganizado para expressar a memória, e não para contê-la.

5.2 A inauguração do Memorial da Resistência e o espaço baseado na museologia social

O Memorial da Resistência de São Paulo foi oficialmente inaugurado em 24 de janeiro de 2009, instituindo-se como dispositivo de mediação entre temporalidades, capaz de articular trajetórias individuais e coletivas em uma operação de reflexão sobre a democracia. Inserida entre a lembrança e o esquecimento, a instituição é fruto de contexto de disputa social em torno do passado, sendo um instrumento de representação capaz de criar outra versão para a história — uma narrativa construída a partir da ótica da resistência — possibilitando a reinterpretação de sentidos por determinados grupos sociais do presente. Trata-se de uma instituição de memória instituída para reconstruir o tempo de outrora a partir da seleção e preservação de testemunhos representativos do processo de repressão política ocorrida durante o Brasil republicano (Emery, 2018, p. 60).

Esta definição de Emery captura perfeitamente como o Memorial opera dentro dos princípios da museologia social. Ele não apresenta uma verdade histórica unívoca e fechada, mas oferece um espaço para que diferentes vozes e interpretações possam emergir e dialogar. A narrativa construída privilegia conscientemente a perspectiva dos que resistiram, não dos que reprimiram, fazendo uma escolha política explícita que a museologia tradicional frequentemente oculta sob o manto da suposta neutralidade.

Na visão da equipe do projeto museológico e dos ex-presos políticos, o espaço já havia se tornado documento em si, pois ali ocorreram fatos que se inscreveram no processo político da História do País de forma definitiva (Politi; Seixas, 2009, p. 203). A memória adquiriu papel significativo, e o espaço do Memorial passou a carregar a reminiscência de um fato, a lembrança de um momento ou a informação prestada por alguém que traz em sua consciência um acontecimento ocorrido ali.

A partir da museologia social e do projeto museológico, o Memorial da Resistência produz um discurso expositivo baseado na construção efetiva da memória coletiva e da função social que é obtida através dos desenvolvimentos de programas museológicos. Como observam Baccega e Mello (2014, p. 103), ele assume grande importância no contexto social e político brasileiro dada a peculiaridade de nosso processo de transição da ditadura civil-militar para a democracia.

O que diferencia fundamentalmente o Memorial da Resistência de outros espaços museológicos é precisamente sua aplicação rigorosa dos princípios da museologia social. Chagas, Assunção e Glas (2014) nos lembram que o museu, nessa

perspectiva, não tem valor em si, mas o valor que lhe é atribuído pela sociedade e pela comunidade da qual surgiu e para a qual trabalha, sendo seu acervo constituído pelas demandas sociais e comprometido com a melhoria da qualidade de vida e com a geração de benefícios para a comunidade local. É exatamente essa lógica que orienta o funcionamento do Memorial da Resistência: sua razão de existir é determinada pelas demandas das comunidades afetadas pela repressão, não pelos critérios estéticos ou científicos de especialistas distanciados.

Brito e Julião (2023) identificam esse protagonismo como uma estratégia determinante da museologia de memórias traumáticas: a curadoria compartilhada ou colaborativa, na qual consultas públicas, diálogos e a atuação direta com atores sociais asseguram a esses museus trazer para o primeiro plano perspectivas e conhecimentos de protagonistas de lutas e resistências. Essa diferença manifesta-se em aspectos concretos: os ex-presos políticos não foram meramente consultados, mas participaram ativamente de todas as decisões sobre a configuração expográfica; participam das visitas educativas, trazendo seus testemunhos diretos; e a exposição de longa duração não apresenta uma versão definitiva e encerrada da história, mas abre espaço para reflexões e construção contínua de significados.

Além disso, essa função do Memorial de dar voz às memórias subterrâneas não se esgota na exposição de longa duração. Ela se reproduz e se amplia continuamente por meio dos programas de Coleta Regular de Testemunhos, do mapeamento dos Lugares de Memória no estado de São Paulo e das exposições temporárias que expandem o escopo do Memorial para além do DEOPS/SP. Cada testemunho registrado, cada lugar identificado, cada exposição realizada é um ato de resistência ao esquecimento — e, ao mesmo tempo, um ato de afirmação de que a memória é um direito coletivo.

Dessa forma, o Memorial conecta passado, presente e futuro através de representações sociais. Na sua relação com o passado, ele se manifesta como um local de reparação moral, ética e política das vítimas da ditadura civil-militar, oferecendo direito à memória e à verdade aos indivíduos que foram silenciados em meio ao ocultamento do trauma (Emery, 2018, p.61).

Essa função reparadora é fundamental em um contexto onde a Justiça de Transição brasileira foi extremamente limitada. Brito e Julião (2023) apontam que estudos sobre a transição democrática evidenciam as limitações com que o Brasil enfrentou seu passado de crimes de lesa-humanidade, sobretudo se comparado com

nações vizinhas como Argentina e Chile. Nesse cenário, espaços como o Memorial assumem uma função reparadora simbólica essencial: reconhecer publicamente o sofrimento das vítimas, validar suas narrativas e inscrever suas experiências na memória coletiva nacional.

Já no presente, o Memorial se insere em um processo de conscientização sobre o papel da resistência no cotidiano (Emery, 2018, p.61), conectando questões históricas com debates atuais sobre violência policial, criminalização de movimentos sociais, direitos humanos e defesa da democracia. Quanto ao futuro, o Memorial é visto como um local de criação de sentidos por meio da relação entre narrativa e a experiência, em uma transformação de porvir que se aproxima (Emery, 2018, p. 61). Dessa maneira, e como observam Brito e Julião (2023, p. 25), a museologia de memórias traumáticas é movida pela missão do Nunca mais: a memória é reivindicada como elemento a ser preservado para que novos crimes como os da ditadura não voltem a ocorrer.

O processo de retomada e ressignificação do Memorial da Resistência transformou o museu em um operador temporal que cria sentidos a partir da experiência social. Sua trajetória mostra sua condição de operador mimético, sendo uma instituição inserida na condição contemporânea dos discursos da memória. Enquanto lugar social (Certeau, 2002), tal instituição opera a memória dentro de uma construção histórica problematizada, costurando temporalidades em meio a um processo comunicacional capaz de produzir sentidos por meio da experiência. (Emery, 2018, p.61)

Com isso, essa diferença entre as reformas não é apenas de método, é de concepção sobre o que um museu deve ser. O Memorial da Resistência se consolida, nesse sentido, como um modelo replicável para espaços de memória sensível que trabalham com narrativas traumáticas — não porque tenha encontrado todas as respostas, mas porque demonstrou, na prática, que a participação efetiva das comunidades afetadas não é apenas um princípio ético desejável. É uma necessidade metodológica para a construção de narrativas autênticas, significativas e socialmente transformadoras.

Como afirma Emery (2018, p.61), o Memorial da Resistência é um dispositivo de mediação entre temporalidades, inserido em um contexto de disputa social em torno do passado, capaz de criar uma narrativa pela ótica da resistência e possibilitar a reinterpretação de sentidos a partir dos grupos sociais do presente.

5.3 Porque o Memorial da resistência é um modelo de museologia social

Para responder esse questionamento vale retomar outra indagação inicial que orientou este trabalho: o que é feito com os espaços de memória e como a museologia social pode atuar nesses casos. A trajetória do Memorial da Resistência oferece uma resposta concreta. Espaços de memória podem ser esvaziados, higienizados e transformados em instrumentos de esquecimento, como ocorreu com o Memorial da Liberdade. Porém, quando a museologia social é o método, também podem ser reconstituídos como lugares de verdade, reparação e resistência. A condição para isso não é técnica: é política. E é, fundamentalmente, de quem se decide incluir no processo de construção da memória.

Assim, após essa análise, é possível identificar os elementos que consolidam o Memorial da resistência de São Paulo como modelo exemplar de aplicação da museologia social. O primeiro e mais fundamental é a participação efetiva das comunidades afetadas: os ex-presos políticos não foram tratados como fontes de informação, mas como co-autores do projeto museológico — o que corresponde exatamente ao princípio defendido por Chagas, Assunção e Glas (2014) de estimular novos agenciamentos e novos processos de empoderamento a partir da memória e dos museus sociais.

Complementam esse quadro a reversão dos apagamentos históricos promovidos durante o Memorial da Liberdade; a escolha deliberada de privilegiar a narrativa da resistência, que Brito e Julião (2023) identificam como traço característico dos sítios de memória e consciência comprometidos com a preservação de memórias traumáticas; a integração entre memória, educação e ação política; e a permanência da participação social através da presença contínua dos ex-presos nas atividades educativas e culturais.

Todos esses elementos demonstram que a museologia social, quando aplicada de forma consistente e comprometida, pode transformar radicalmente não apenas a forma como os museus operam, mas também seu impacto social e político. Como afirmam Chagas, Assunção e Glas (2014, p. 434), o desafio da Museologia Social e do MINOM é descolonizar o pensamento, descolonizar a museologia e os museus. O Memorial da Resistência prova que esse desafio pode ser enfrentado na prática, construindo instituições culturais verdadeiramente democráticas, onde o

poder de narrar a história é compartilhado com aqueles que vivenciaram as experiências que estão sendo preservadas e comunicadas.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo central compreender a importância da museologia social em espaços de memória sensível, analisando especificamente a relação entre memória, representatividade e pertencimento no Memorial da Resistência de São Paulo. A partir da problemática que questionava o que é feito com os espaços de memória e como a museologia social pode atuar nesses casos, a pesquisa buscou responder a três perguntas norteadoras: para quem esses espaços estão sendo construídos? Quais memórias e narrativas estão sendo preservadas? E qual a importância da museologia social nos espaços de memória?

A museologia social pode ser compreendida como uma abordagem museológica que rompe com a tradição de museus como espaços de contemplação passiva e discursos hegemônicos, priorizando a participação ativa das comunidades na construção e gestão dos espaços museais. Diferentemente da museologia tradicional, que frequentemente reproduz narrativas oficiais e silencia vozes marginalizadas, a museologia social valoriza os grupos historicamente excluídos, transformando-os de objetos de representação em sujeitos ativos do processo museológico. No contexto dos espaços de memória sensível — aqueles que guardam lembranças de violências, traumas e violações de direitos humanos — essa abordagem assume papel ainda mais crucial, garantindo que vozes não sejam novamente silenciadas e que a memória preservada seja autêntica, não uma versão higienizada dos fatos.

A análise do Memorial da Resistência de São Paulo evidenciou que o processo de reforma inicial, que deu origem ao Memorial da Liberdade (2005), ignorou completamente o objetivo de encarar verdadeiramente o passado. Aquela reforma apagou marcas essenciais da violência: as inscrições nas paredes das celas foram raspadas, os bancos de cimento onde os presos dormiam foram destruídos, e o espaço foi transformado em um local palatável para manifestações artísticas e culturais. O resultado foi um memorial esvaziado de significado histórico, incapaz de transmitir o real impacto do que aconteceu naquele lugar.

Esse objetivo só foi alcançado através da aplicação da metodologia

participativa na construção do Memorial da Resistência, evidenciando a importância fundamental da participação dos ex-presos políticos na ressignificação do espaço. O Projeto Museológico de Ocupação (2008), elaborado por equipe interdisciplinar composta pela museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno, pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro e pela educadora Gabriela Aidar, estabeleceu desde o início uma parceria efetiva com o Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo.

É importante ainda, dizer que essa participação não foi meramente consultiva. Houve autoria compartilhada em todas as etapas, da concepção expográfica ao atendimento das visitas educativas e um exemplo emblemático foi o convite feito aos ex-presos para que reescrevessem nas paredes das celas as inscrições apagadas durante a reforma anterior — gesto que representa a essência da museologia social: devolver aos protagonistas da história o poder de contar suas próprias narrativas.

Em resposta à primeira pergunta — para quem o Memorial foi construído —, a análise demonstrou que o espaço foi concebido para múltiplos públicos com necessidades específicas de memória. Acredito que, primeiramente, para os próprios ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos, funcionando como espaço de reparação simbólica após décadas de silenciamento impostos pela transição democrática brasileira, que privilegiou o esquecimento em detrimento da verdade e da justiça. Em segundo lugar, para a sociedade brasileira em geral, especialmente as novas gerações que não vivenciaram a ditadura civil-militar e que frequentemente possuem conhecimento fragmentado sobre esse período. Por fim, para pesquisadores e estudiosos, constituindo-se como centro de referência da memória política brasileira. Diferentemente do Memorial da Liberdade, que se direcionava a um público genérico em busca de entretenimento cultural, o Memorial da Resistência construiu uma proposta clara de formação cidadã fundamentada na educação em direitos humanos.

A segunda pergunta — quais memórias e narrativas foram preservadas — revela uma escolha política fundamental: o Memorial preserva as memórias dos resistentes, não dos repressores. Trata-se de uma opção clara por dar voz àqueles que enfrentaram a violência do Estado, construindo o que Pollak (1989) denomina de memórias subterrâneas — narrativas sistematicamente silenciadas pela história oficial. As quatro celas do Módulo C materializam diferentes dimensões dessa memória: a primeira apresenta o processo colaborativo entre equipe técnica e ex-presos; a segunda presta homenagem aos mortos e desaparecidos; a terceira

reconstitui o cotidiano carcerário através das inscrições refeitas pelos próprios presos; e a quarta traz testemunhos em áudio sobre solidariedade e resistência. Ao preservar não apenas os fatos da repressão, mas principalmente as estratégias de resistência cotidiana, o Memorial constrói uma narrativa que não vitimiza passivamente os que ali sofreram, mas reconhece e celebra sua coragem e sua contribuição para a conquista da democracia brasileira.

A terceira pergunta — qual a importância da museologia social — encontra sua resposta no próprio contraste entre as duas fases do Memorial. Sem a metodologia participativa, o espaço permaneceria como o Memorial da Liberdade: um nome que, ironicamente, designava um lugar onde nunca houve liberdade. A museologia social possibilitou que a memória traumática fosse transformada em memória coletiva da sociedade brasileira, criando um espaço onde diferentes gerações podem compreender e refletir sobre o passado ditatorial. Como discutido ao longo desta pesquisa, o Memorial opera em três dimensões temporais: no passado, como instrumento de reparação simbólica das vítimas; no presente, na conscientização sobre o papel da resistência no cotidiano democrático; e no futuro, como local de criação de sentidos através da experiência educativa — dimensões que só foram possíveis porque o projeto museológico priorizou a participação social desde sua concepção.

Vale ainda dizer que, apesar dos avanços inegáveis, a pesquisa também identificou desafios importantes. As avaliações realizadas através de filipetas, livro de visitas e análise das visitas educativas revelaram que, para visitantes não familiarizados com a história do DEOPS/SP, as celas reformadas podem transmitir uma impressão amenizada da violência que ali ocorreu. Isso evidencia a tensão permanente entre a impossibilidade de restauração total do ambiente original e a necessidade de comunicar efetivamente a brutalidade daquele espaço. Além disso, as visitas educativas evidenciaram lacunas significativas no ensino de História Republicana nas escolas brasileiras, o que reforça o papel do Memorial como espaço complementar de educação formal e a necessidade de ampliar parcerias com instituições de ensino.

Diante de tudo, é possível dizer que o Memorial da Resistência de São Paulo se consolida como um espaço essencial para a preservação da memória histórica do Brasil e comprova que os espaços de memória desempenham papel fundamental na formação da identidade coletiva e no fortalecimento de uma cultura verdadeiramente

democrática. Sua atuação transcende a preservação patrimonial, constituindo-se como instrumento ativo de educação para a cidadania, comunicação de valores democráticos e problematização das violações de direitos humanos. E não apenas as do passado, mas também as que persistem no presente.

Ao resgatar narrativas historicamente silenciadas e dar protagonismo àqueles que vivenciaram a repressão, o Memorial tornou-se símbolo da luta pela verdade e pela justiça, materializando o que Neves (2011) denomina de perspectiva museológica processual: o museu não como depositário estático do passado, mas como espaço dinâmico de construção de memória em constante diálogo com o presente.

A disputa entre memórias oficiais e memórias marginalizadas, evidenciada na transformação do Memorial da Liberdade em Memorial da Resistência, reforça a necessidade de uma abordagem museológica que contemple a diversidade de narrativas e experiências. A valorização de diferentes perspectivas e a constante atualização das práticas museológicas são fundamentais para que o Memorial continue cumprindo seu papel social e educativo. A museologia social emerge, assim, não apenas como metodologia, mas como postura ética e compromisso político para que os espaços de memória não reproduzam os silenciamentos do passado, mas se constituam efetivamente como lugares de reparação, reflexão e transformação social.

Por fim, este trabalho reforça a relevância dos espaços de memória na sociedade contemporânea e destaca a importância de sua preservação como compromisso ético e político inadiável. Em um contexto de crescente negacionismo histórico e tentativas de relativização das violências perpetradas durante a ditadura civil-militar, instituições como o Memorial da Resistência assumem papel ainda mais crucial na defesa da democracia e dos direitos humanos. O Memorial da Resistência de São Paulo, ao transformar um espaço de horror em espaço de reflexão, educação e esperança, assegura que essas vozes jamais sejam esquecidas. Lembrar é resistir. Enquanto lembramos, tudo é possível.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

BRITO, Ana Paula Ferreira de; JULIÃO, Letícia. Museologia de memórias traumáticas: a experiência brasileira e as memórias da ditadura. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.15, n. 29, jul./dez. 2023. ISSN 2177-4129.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. **Memórias clandestinas e sua museificação: uma prospecção sobre institucionalização e agregação informacional**. Dissertação (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

CHAGAS, Mário; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. Museologia social em movimento. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 429-436, 2014.

EMERY, Wanalyse Angélica Pontes. **Memorial da Resistência de São Paulo: o tecer narrativo entre temporalidades**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Temporalidades). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

GONDAR, Jô. **Memória individual, memória coletiva, memória social**. Morpheus, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2008. Disponível em: <https://seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4815> . Acesso em: 17 mar. 2024.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005, p. 11-26.

HADDAD, Fernanda Luiza Lima Teixeira. **LUZ E SOMBRA**. A lembrança idealizada das ditaduras militares do Brasil e do Chile: um estudo de caso do “Memorial da Resistência” e do “Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos” (1990-2018). Dissertação (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOFFMAN, Felipe Eleutério. **Museus e memórias da repressão e da resistência no Brasil: um estudo sobre documento, justiça de transição e os espaços de rememoração**. Dissertação (Doutorado em Ciência da Informação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Memorial da Resistência, 10 anos: presente! Memorial da Resistência de São

Paulo. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. *In: 10º Encontro Paulista de Museus-SISEM*, p. 1-16, jul. 2018, São Paulo. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Menese_s.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

NEVES, Kátia Regina Felipini. Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual. *In: FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira. Memória e Esquecimento*. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012, p. 35-66.

OLIVEIRA, Maria de Fátima Costa de; COELHO, Priscilla Arigoni. Liberdade ou Resistência? As representações institucionais do Memorial da Resistência de São Paulo. *In: MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 6. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v .5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *In: Estudos Históricos*. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: 1989, p. 3-15.